

**ACTA**  
**DA**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**DA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

**Local:** Sala das Sessões dos Paços do Município.

**Data:** 13/12/1999.

**Iniciada às 15H00 e encerrada às 21H30.**

**Aprovada em 27/12/99 e publicitada através do Edital n.º 418/99.**



**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**I - INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

1. INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.
2. INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES.

**ORDEM DO DIA**

**I - ADMINISTRAÇÃO GERAL**

1. ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 1999.

**II - FINANÇAS**

1. SITUAÇÃO FINANCEIRA.
2. PAGAMENTOS RELATIVOS AO MÊS DE NOVEMBRO/99.
3. CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA:
  - a) Plano de Actividades e Orçamento para 2000;
  - b) Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Coimbra para 2000;
  - c) Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia para 2000.
4. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA:
  - a) Plano de Actividades e Orçamento para 2000;
  - b) Tarifário
5. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE COIMBRA
  - a) Plano de Actividades e Orçamento para 2000.

**III - PLANEAMENTO**

1. 9ª. ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES E 8ª. AO ORÇAMENTO PARA 1999.
2. PARQUE VERDE DO MONDEGO – 1.ª FASE – ESTUDO PRÉVIO DA MARGEM DIREITA.

**IV - ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

1. JOSÉ LUIS HOMEM – LOTEAMENTO NA RUA VERDE PINHO – REGT.º 31 930/99.
2. REISHABITAR – CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE EDIFÍCIOS, LD.º – LOTEAMENTO EM SOBRAL DE CEIRA – RE4GT.º 33936/99.
3. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS A.D. OLIVEIRA, LD.º – LOTEAMENTO NA QUINTA DA FONTE – ALTO DE S.JOÃO-REGT.º 43 465/99.
4. EDUARDO ALBERTO GASPAR MENDES E OUTROS – LOTEAMENTO EN ENCOSTA DOS MALHEIROS – REGT.º 19 262/99.
5. JOAQUIM MESSIAS RODRIGUES SIMÕES O OUTRO - LOTEAMENTO EM ST.º LUZIA – CASTELO VIEGAS – REGT.º 37 179/98.
6. ROSA ISABEL BRITO DE OLIVEIRA GARCIA – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – QUINTA D. JOÃO – REGT.º 684/9.
7. TELHEIRAS VELHO – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES. LD.º E OUTRO – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº.372/95 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS TRAHOS EM FALTA – REGT.º 40 827/99.
8. ARISTA – URBANIZAÇÃO DO CASAL DA EIRA, LDA. E OUTROS – PROJECTO DO ARRANJO URBANÍSTICO DO CENTRO COMERCIAL GIRASSOLUM – REDUÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 400.

**V - DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

1. COMPARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO RECREIA – PRÉDIOS SITUADOS NA RUA CORONEL JÚLIO VEIGA SIMÃO PROPRIEDADE DE AFONSO DIAS MOREIRA PADRÃO.
  - a) artigo matricial 538;
  - b) artigo matricial 338;
  - c) artigo matricial 540.

**VI - AMBIENTE, SALUBRIDADE E ABASTECIMENTO**

1. **MINISTÉRIO DO AMBIENTE – PROGRAMA AMBIENTE – FUNDO DE COESÃO – SISTEMA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO BAIXO MONDEGO.**
- VII - **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA**
  1. **DÉFICE DE TESOURARIA PREVISTO PARA O MÊS DE DEZEMBRO DE 1999.**
- VIII- **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE COIMBRA**
  1. **5ª. ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS PARA 1999; 4ª. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO FINANCEIRO 1999; 6ª. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE TESOURARIA 1999.**
  2. **CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DA ETAR DE TORRES DO MONDEGO – ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA.**

A reunião iniciou-se com a presença de:

**Presidente:** Manuel Augusto Soares Machado  
**Vereadores:** Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal  
 Jorge Manuel Monteiro Lemos  
 João António Faustino da Silva  
 Luis Malheiro Vilar  
 Manuel Moreira Claro  
 José Francisco Pereira Rodeiro  
 José António da Silva Ferreira Ribeiro  
 João Oliveira Torres Pardal  
 Cassiano Rodrigues Pedro Afonso  
 Jorge Filipe de Gouveia Monteiro



A reunião foi presidida pelo Sr. Manuel Augusto Soares Machado, Presidente da Câmara Municipal e Secretariada por Manuel Gilberto Mendes Lopes, Director do Departamento de Administração Geral, coadjuvado por Maria Licínia Campos do Vale Serrano, Chefe de Secção.

O Sr. Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.



### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### **I - INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

##### **I.1. INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.**

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal:

##### **1. LISTAGEM DOS PROCESSOS.**

Dos processo de obras (total de 164 ) objecto de despacho do Senhor Vereador João Silva dos dias 06 a 10 de Dezembro de 1999, ao abrigo das competências delegadas e/ou subdelegadas:

**Despachos de deferimento** nos termos das informações técnicas dos serviços:

Administração dos Condomínios	42964/97
Amílcar Fernandes Silva	54835/99
António Alberto Gerardo Carrico	23629/98
António Albuquerque	165/99
António Gomes Branco	9850/82
António Manuel Vilão Ramos	564/99
Arca/Etac-Escola Tecnologias Art.Coimbra	3034/95
Arménio de L. Simões e João Francisco Batista	21094/93
Bascol – Construção Civil, S.A.	12615/96

Bascol-Construção Civil, S.A.	271/99
Bascol-Construção Civil, S.A.	281/99
Bascol-Construção Civil, S.A.	282/99
Branca Manuela Teixeira Ribeiro	1297/99
Carlos Alberto Paiva	43251/99
Carlos José dos Santos Lourenço	18950/96
Carlos Manuel de Jesus Lapa	1074/99
Carlos Rafael Monteiro Pinto Costa	2754/97
Civilurb-Construção Civil, Lda.	3257/97
Clara Isabel Sousa Simões	55641/99
Comocel-Construtora Moderna do Centro, Lda.	792/99
Companhia de Seguros Bonança, S.A.	49510/99
Compralar-Sociedade Const.Urbanizações, Lda.	1246/99
Condomínio da Rua Antero de Quental 185	48734/99
Construções Fazenda e Ferro, Lda.	4227/96
Construções Poipombal, Lda.	53769/99
Cristina Isabel Rodrigues Campia Novo	51307/99
Cristina Maria Proença Padez	31664/96
Duas Águas-Construções e Imobiliária, Lda.	40720/97
Dulce Maria Pereira dos Santos Silva	33913/99
Esmeralda Vilela Acurcio	22999/98
Fernando Manuel de Carvalho Ferreira Pimenta	1041/99
Fozmédia-Sociedade de Mediação Imobiliária	39108/99
Galeria Bar Santa Clara	21840/99
Henrique & Gaspar Lda.	41318/99
João Carlos Lucas Apóstolo	21585/99
João Dinis Silva Rito	33160/99
Jorge Manuel de Oliveira Cabral	752/99
José António Fernandes	1201/99
José António Fernandes	1205/99
José Domingos Sanches Ambrósio	1862/98
José Gomes de Jesus	914/99
José Manuel Araújo Augusto	37727/99
José Manuel Coutinho Rolo	4/99
José Maria dos Santos	3/99
Lapa de Castro, Lda.	268/99
Lapa de Castro, Lda.	269/99
Lino Santos Maia	10966/95
Lucas & Costa-Construções Lda.	23923/96
Lucas & Costa-Construções, Lda.	23923/96
Luciano da Cruz & Cruz	46971/99
Lucio da Conceição Correia	1338/99
Luis Miguel Lapas Barradas	19120/98
Manuel António	18424/99
Manuel dos Santos Anjo	42441/99
Manuel Ferreira Mateus	73/99
Manuel Gameiro da Silva	44959/97
Manuel Rodrigues Dias Videira	31239/96
Marco António Rodrigues Silva	47347/98
Maria Adelaide Teixeira Cabral Costeira	471/99
Maria da Conceição Querido Marques Oliveira	33906/94
Maria da Conceição Ribeiro Carnim	376/99
Maria de Fátima Carvalho Ferreira	7652/98
Maria de Lurdes da Fonseca Ferreira	1079/98
Maria Lucilia Conceição Francisco	48771/99
Maria Teresa Alves Oliveira	40551/99
Mário Coutinho dos Santos & Irmão Lda.	10223/95
Marpombal-Construções Modernas, Lda.	23013/98
Marpombal-Construções Modernas, Lda.	23015/98
MC LOC – Sociedade de Locação Financeira, S.A.	47/99
Oscar da Cunha Dias	41653/98

Oswaldo Fernando Cruz Lourenço Dias	54434/99
Planeta Azul-Soc.Mediação Imobiliária, Lda.	1359/99
Pombalprédios-Sociedade de Construções, Lda	37609/98
Restaurante o Sonho, Lda	19677/97
Rosa Maria Marques Alves Jesus	840/99
Sociedade de Construções Novo Mundo	16436/96
T.C.F.Construções, Lda.	4228/96
Taboliva-Sociedade de Construções, Lda.	36/99
Tomé Vidal Janeiro	39180/95
Victor Manuel Codinha Rodrigues	49515/99
Vitor Manuel Ferreira Cruz	55417/99

**Despachos de indeferimento** nos termos das informações técnicas dos serviços:

Adelino de Sousa Menino	43024/99
Auto Morais & Duarte, Lda.	40378/99
Carlos Alberto Patrão Ramos	38660/99
Carlos Manuel Bogalho da Cruz	41795/99
Claúdio Alexandre Ferraz Correia e Outra	37916/99
Construção Civil & Obras Públicas Mário Bento, Lda.	50746/99
Construções Dunas dos Cardais, Lda.	20141/99
Construções Dunas dos Cardais, Lda.	20142/99
Edgar da Costa Reis	33142/99
Euclides António Simão Rodrigues	24615/99
Fernando José da Cunha Rendilho	17116/99
Fernando Lourenço Soares Marto	48399/99
Fernando Teixeira de Sousa Pedrosa	32876/99
Flora Maria da Silva Jorge Alves	37918/99
Frutuoso José Figueiredo Oliveira	13093/99
José Alexandre Ferreira	22186/99
José Carlos Fernandes	41213/99
Litocar Automóveis do Litoral	37780/99
Lúcio Filipe Marques Roxo	39475/99
Lúcio José da Murta Simões	40504/99
Manuel de Jesus Carlos	49173/98
Manuel Jaime Fernandes Vilas Boas	14920/99
Maria Leonor Jorge T.Pinto Almeida Andrade	24229/99
Mário Rui Lopes dos Santos	4314/99
Mário Ventura Tejo	39456/99
Nelson Garcia Felicíssimo	32220/99
Pedro Miguel Rasteiro Marmé e Outra	41607/99
Rodrigues & Amarante, Lda.	47697/99

**Despachos para embargar** nos termos das informações técnicas dos serviços:

Leopoldo dos Santos Bernardino	6026/97
--------------------------------	---------

**Despachos solicitando parecer** nos termos das informações técnicas dos serviços:

Deco Associação Portuguesa Defesa Consumidor	56543/99
Direcção Regional Ambiente Centro	56067/99
Fernando Manuel Soares Veiga	45271/98
Tribunal Instrução Criminal Coimbra	56009/99

**Despachos para certificar** nos termos das informações técnicas dos serviços:

José Fernandes da Costa	47966/99
Odília da Conceição Gonçalves Rodrigues	34837/93
Habicoimbra	43649/99
Isidro Alexandre Cabral Lopes	54172/99
Emília Henriques Gouveia Silva Mariano	55413/99
Elisabete Mena Costa Lucas	55449/99

**Despachos para arquivar** nos termos das informações técnicas dos serviços:

Henrique Alexandrino de Sousa	3882/99
Margarida Carvalho Matias dos Santos	452/99

**Despachos mandando informar** nos termos das informações técnicas dos serviços:

Anibal Custódio dos Santos	47949/99
Ataide Diniz Neves Lima	52687/99
Carlos Manuel da Silva Custódio	5003/98
Claudia Sofia Baptista Pereira dos Santos	33934/99
Condomínio Prédio Alam.Calouste Gulbenkian, 94, 98, 104	20533/99
Eduardo Alberto Martins	1117/99
Graça Maria Aleixo Carvalho Marques Pereira	49749/99
Ivone Maria Arede Marques	47963/99
João Duarte Carvalho	16294/99
Joaquim Nunes	34293/99
Jorge Humberto Correia dos Santos Nazareth	17180/96
José Marques Amaral	42877/99
Junta Freguesia Lamarosa	54171/99
Laura Rosa Martins de Carvalho	47222/99
Maria Helena Ferreira Cunha da Costa	32230/99
Maria Manuela Dias Teixeira Domingues	51505/99
Paulo Jorge Silvério Farinha da Silva	40312/99
Ramalda-Representações Acessórios Auto, Lda.	23628/98

**Despachos mandando notificar** nos termos das informações técnicas dos serviços:

António João da Costa Ribeiro Pombo	977/99
António Santiago	28039/99
Autozitânia Acessórios Sobresselentes, Lda.	778/98 FOP
Caritas Diocesana de Coimbra	39933/95
Fernando Reis Cabral	51973/99
Francisco Soares Estrompa	5004/68
Henrique Moura Branco	47689/99
Irmãos Lourenço Soc.Imobiliária Construção L	22835/82
João Dario R.Lima	31522/99
José Correia	30573/98
José de Oliveira Lopes	1150/99
Luisa Conceição Nunes	47095/97
Manuel A.Santos Queirós	48764/99
Manuel Gonçalves Lopes	772/99
Maria Amélia Ramos Santos	1594/99
Maria de Lurdes Loureiro	888/98
Maria Helena Santiago Fernandes	34485/98
Mário Severino Esteves Fernandes	946/99
Paulo Jorge Araújo Pinto	29738/98
Pedro Agostinho dos Santos	37680/97
Scotch Club – Indhotel	33288/98
Telecel-Comunicações Pessoais, S.A.	50/99
Victor da Conceição Banaco	453/99
Zita Henriques	43753/97

**2. CARTA DO CHEFE SAPADORES BOMBEIROS DE YAROSLAV.**

Que recebeu uma carta enviada pelo chefe de sapadores bombeiros da cidade de Yaroslav a agradecer o acolhimento que lhes foi dispensado em Coimbra e pedindo que seja transmitido aos profissionais da área da Protecção Civil e à Companhia de Bombeiros Sapadores e também à Câmara Municipal.

**3.DESLOCAÇÃO A MACAU**

Da sua participação no Território sobre Administração Portuguesa de Macau, dos dias 16 a 20, em que integrará a comitiva oficial que estará presente naquele Território, a convite de Sua Excelência o Sr. Presidente da República de Portugal, para assistir às cerimónias de transferência de Administração do Território de Macau para a República Popular da China.

## **I.2. INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES.**

### **INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR GOUVEIA MONTEIRO.**

#### **1.VENDA AMBULANTE**

O Sr. Vereador referiu que tem verificado nas ruas de Coimbra alguma contestação, nomeadamente por cidadãos de etnia cigana que se queixam de não poder praticar as suas vendas, dado o grande zelo e rigor praticado em algumas ruas por parte dos serviços de fiscalização ao contrário do que a quadra natalícia faria supor, em que seriam tomadas medidas excepcionais. Esta situação coloca com clareza o agravamento dos problemas a que estes cidadãos têm de fazer face e o sustento dos seus filhos, normalmente em grande número. O Sr. Vereador questionou como está a ser encarado o problema da iluminação do local de venda ambulante no Bota-Abaixo e que soluções é que se estão a preconizar para resolver a situação dos vendedores já que as obras estão para breve, sob pena de se continuar a assistir a cenas menos edificantes nas ruas de cidade.

Sobre este assunto o Sr. Presidente referiu que a fiscalização está a fazer cumprir o regulamento municipal. Disse ainda que o Plano de Intervenção para o Mercado D.Pedro V prevê a absorção de espaços para que estes vendedores se integrem desde que devidamente licenciados. É natural que em altura natalícia e outras festividades exista um fluxo de actividades congéneres e nesta situação a fiscalização terá que actuar, já que existem regras para aplicar e cumprir, visando neutralizar abusos que não são aceitáveis nem toleráveis.

#### **2.PASSAGENS DE NÍVEL NO CONCELHO.**

O Sr. Vereador referiu saber da existência de alguns resultados das conversações com a CP no sentido dos problemas relacionados com as passagens de nível começarem a caminhar para uma solução rápida, sob pena da vida das pessoas e das empresas continuar difícil até porque os seus clientes não estão para se sujeitar a perdas enormes de tempo.

Sobre este assunto o Sr. Presidente referiu que o problema da passagem de nível da Adémia está resolvido, tendo sido o próprio presidente da REFER instado a intervir. Disse ainda que o avanço da Linha do Norte pressupõe a intervenção no cruzamento na entrada da Adémia, passando pela zona da Ribeira até à parte nova da EN 111 com uma passagem desnivelada. Na actual passagem de nível da Adémia está prevista uma passagem de peões e de viaturas de serviço agrícola, uma passagem mais estreita que não servirá de passagem rodoviária. O programa de construção de passagens de nível é o que está em curso na margem esquerda do Mondego no âmbito de todo este empreendimento. Informou ainda que existe uma brigada de serviço estacionado na Estação de Coimbra B para acorrer a situações de avaria.

### **INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ RIBEIRO.**

#### **1.ILUMINAÇÃO DE NATAL**

O Sr. Vereador José Ribeiro referiu registar com tristeza a comparação daquilo que foi prometido de iluminação de Natal com aquilo que é apresentado, uma iluminação paupérrima, como por exemplo na Zona de Celas em que nem a Av.Calouste GulbenKian está iluminada.

### **INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JORGE LEMOS**

#### **1.DESLOCAÇÃO A MACAU.**

O Sr. Vereador Jorge Lemos referiu a postura dos funcionários da Câmara Municipal na deslocação efectuada a Macau em representação da Câmara Municipal, numa delegação constituída por Gregório Freixo, João Duarte, Paulo Morais, Orlando Ferreira, César Minas, Arménio Carvalho e António Pais, contando ainda com a presença do Chefe de Gabinete do Sr. Presidente, Sr. Carlos Cidade, e de si próprio. Disse ainda que nesta semana de 28 de Novembro a 7 de Dezembro realizou-se a semana das Ilhas, em que existiram várias acções uma delas desportiva em que a Câmara

Municipal ganhou o Torneio em que participou, participando igualmente a Câmara Municipal das Ilhas e o Leal Senado. Participaram em diversas inaugurações como uma exposição colectiva de pintura que englobava pintores Macaenses, Portugueses e Chineses; o Jardim da Taipa Grande; Remodelação de Mercado da Taipa; Estátua de Luis de Camões feita por um aluno duma Faculdade de Arquitectura chinesa; Feira Semanal na Ilha de Taipa; uma praça junto ao estádio da Taipa com duas estátuas que simbolizavam a parte desportiva, uma representando um jogador de futebol outra um lançador de dardo e inauguração de cinco casas que eram as casas dos magistrados na Praia Grande e que foram recuperadas e onde vão ser instaladas exposições de toda a Ilha de Macau, mas também de Portugal que irá ter uma exposição permanente. A Câmara Municipal das Ilhas recebeu a delegação de Coimbra, com uma óptima recepção e a representação da Câmara Municipal de Coimbra correspondeu em todas as manifestações. O Sr. Vereador entregou o Troféu de vencedor do Torneio de futebol e outras lembranças ao Sr. Presidente.

#### **INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA TERESA PORTUGAL**

##### **1.PODA DE ÁRVORES.**

A Sra. Vereadora referiu que quando na última reunião disse que as árvores estavam a incomodar sabia do que estava a falar, utilizando a palavra com propriedade. Informou que tinha acabado de receber o 11º processo de 1999, relacionado com mais um ramo que caiu em cima de um veículo automóvel.

#### **INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR FRANCISCO RODEIRO**

##### **1.ASSOCIAÇÃO REGIONAL DAS BEIRAS DE PESCA DE RIO.**

O Sr. Vereador Francisco Rodeiro referiu que no passado dia 11 de Dezembro esteve num colóquio da Associação Regional das Beiras de Pesca de Rio, na qual também esteve presente o Sr. Vereador Jorge Lemos. Apreciou a firmeza que o Sr. Vereador colocou na defesa da legítima pretensão de construir uma pista de pesca, à qual disse aderir porque se trata dum projecto interessantíssimo e com plenas potencialidades ao nível do turismo para a cidade de Coimbra.

##### **2.ASSOCIAÇÃO DE PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DOS OLIVAIS.**

O Sr. Vereador Francisco Rodeiro referiu que esteve presente na assembleia da Associação de Progresso e Desenvolvimento dos Olivais tendo-lhe sido transmitido o desejo de ser criado um Centro de Dia para a população idosa da área dos Olivais, projecto para o qual já tem o incondicional apoio da Junta de Freguesia respectiva.

##### **3.CLUBE DE TEMPOS LIVRES DE ALMAS DE FREIRE.**

O Sr. Vereador Francisco Rodeiro referiu que esteve presente, a convite da Associação de Pais, na festa de Natal da Escola Primária de Almas de Freire, local onde funciona o Clube de Tempos Livres, tendo ouvido o desejo dos dirigentes da associação de quererem ver resolvida a situação da localização dos Tempos Livres.

##### **4.CONFERÊNCIA DO “SÉCULO DO DESPORTO”**

O Sr. Vereador Francisco Rodeiro referiu a sua impossibilidade de estar presente na Conferência do Século do Desporto. Sendo uma Conferência organizada pela Câmara, lamentou não ter estado também presente o Sr. Vereador do Desporto da Câmara Municipal de Coimbra, conforme foi informado.

##### **5.ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO FERNANDO PESSOA.**

O Sr. Vereador Francisco Rodeiro referiu-se à entrega do prémio Fernando Pessoa ao poeta Manuel Alegre, facto com o qual se congratula. Foi bem entregue e nobilita quem o recebe, quem o atribuiu e a própria cidade de Coimbra.

#### **INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR LUIS VILAR**

##### **1.DEC.LEI Nº 516/99, DE 2 DE DEZEMBRO - PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS.**

O Sr. Vereador Luis Vilar informou que foi publicado no dia 2 de Dezembro o Dec.Lei nº 516/99, onde está contido o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais, plano que é revisto de quatro em quatro anos.

## **2.VENDEDORES AMBULANTES.**

O Sr. Vereador referiu que numa das reuniões que teve com os comerciantes da baixa ouviu a frase que o Sr. Vereador Gouveia Monteiro pronunciou de se assistir a cenas menos edificantes nas ruas da cidade. Para se ser claro não basta só falar de vendedores ambulantes, porque a maior parte até não o são. Não estão licenciados, porque se assim fosse não seriam incomodados pela polícia ou pelos serviços de fiscalização.

Disse ainda que o processo de distribuição de sacos plásticos para recolha de lixo se deverá iniciar no decorrer desta semana.

## **3.DEBATE SOBRE CO-INCINERAÇÃO NA CASA DO POVO DE SOUSELAS.**

O Sr. Vereador informou que por indicação do Sr. Presidente esteve presente num debate sobre co-incineração na Casa do Povo de Souselas, no passado dia 11 de Dezembro, onde fez todo o historial da posição da Câmara desde o dia 23 de Novembro de 1998, até hoje.

### **INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOÃO PARDAL**

#### **1. PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS INDUSTRIAIS.**

O Sr. Vereador João Pardal referiu que o Governo tinha que apresentar até ao fim da anterior legislatura um plano estratégico para os resíduos industriais o que não fez, apresentando agora na forma de Dec.Lei não vindo acompanhado de plano de prevenção. Disse ainda que lamentavelmente foi um plano elaborado e traçado para colocar a co-incineração, num plano já viciado.



### **ORDEM DO DIA**

#### **I - ADMINISTRAÇÃO GERAL**

##### **I.1. ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 1999.**

*Deliberação nº2720 /99 (13/12/99):*

- **Aprovar a acta da reunião do dia 06 de Dezembro de 1999, com as alterações introduzidas à respectiva minuta que havia sido previamente distribuída.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, Srª. Vereadora Teresa Portugal e os Srs. Vereadores João Silva, Luis Vilar, Manuel Claro, Francisco Rodeiro, José Ribeiro, João Pardal, Cassiano Afonso a Gouveia Monteiro. Absteve-se o Sr. Vereador Jorge Lemos, em virtude de não ter estado presente na citada reunião.

#### **II - FINANÇAS**

##### **II.1. SITUAÇÃO FINANCEIRA.**

Foi presente o balancete referente ao dia 10 de Dezembro de 1999, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal nesse dia era de 4.697.946.956\$40 (quatro mil milhões seiscientos e noventa e sete milhões novecentos e quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e seis escudos e quarenta centavos) sendo o saldo de operações de Tesouraria de 240.720.321\$40 (duzentos e quarenta milhões setecentos e vinte mil trezentos e vinte e um escudos e quarenta centavos).



Face ao exposto e após análise do processo, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º2721 /99 (13/12/99):*

- **Tomar conhecimento.**

## **II.2. PAGAMENTOS RELATIVOS AO MÊS DE NOVEMBRO/99.**

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro referiu que gostaria de obter informação sobre o motivo a que se deve um tão grande peso na verba para trabalho extraordinário nesta rubrica. Em algumas situações a redução de horário de trabalho não deveria levar à admissão de pessoal nomeadamente nos espaços verdes e jardins. Disse ainda que o Sr. Vereador Luis Vilar informou do recrutamento dum número bastante grande de cantoneiros de limpeza, e se em outras áreas sensíveis da Câmara em que existe um grande volume de trabalho extraordinário mais rentável e politicamente mais interessante recorrer à admissão de pessoal.

Sobre este assunto o Sr. Vereador João Silva referiu que obviamente existe um peso significativo sendo naturalmente para o ano ainda maior, porque existirá menos uma hora de trabalho de acordo com o que está aprovado sobre o regime do trabalho. Este ano houve um número significativo de passagens à reforma, os bombeiros tiveram várias intervenções fora do Concelho que determinaram muitas horas de trabalho extraordinário, para além do facto da necessidade de manutenção neste ano de um piquete nas instalações na Av.Sá da Bandeira. Outros reflexos estarão nos serviços de higiene e espaços verdes assim como o trabalho no Estádio Municipal conforme foi referido na última reunião.

Sobre este assunto a Sra. Vereadora referiu que é interessante que se tenha a noção de como a Câmara Municipal faz funcionar os serviços que são serviços públicos. Os serviços na área de cultura funcionam com um peso substancial nas horas extraordinárias, porque actividades que funcionam a partir do horário de trabalho diário dum funcionário, só é possível garantir os serviços com horas extraordinárias. Este é o tipo de reclamação que o País agradece porque as Câmaras Municipais depois do 25 de Abril fazem o que fazem na área da cultura e têm a intervenção que têm nesta área, com grande dificuldade de gestão com toda a preocupação que essas acções implicam. Disse ainda que para as iniciativas terem público, e dirigindo-se ao público, têm de ser concretizadas após o horário de trabalho.

Sobre este assunto o Sr. Vereador Francisco Rodeiro referiu aceitar que está de boa fé quem organiza o trabalho e quem recebe as horas extra, embora seja sua convicção que o montante das horas extraordinárias poderia ser usado na admissão de pessoal, porque é sabido que existe muita gente que procura trabalho e não consegue. Um relatório do Tribunal de Contas recentemente publicado foi muito caustico relativamente à concessão do rendimento mínimo garantido, porque detectou falhas enormes no sistema, e pessoas aparentemente com saúde e habilitações dedicam-se a receber do Estado a subsidio – dependência. É evidente que as pessoas podem não ter qualificação para uma área como a cultura, mas muitas terão concerteza habilitação para trabalhar no alindamento e ajardinamento de ruas e artérias desta cidade. Disse ainda que, uma vez que são reconhecidas dificuldades, e, nunca pondo em causa as horas extraordinárias, existe a possibilidade de admissão pessoas substituindo-se as horas extraordinárias em parte, e ao mesmo tempo, dar uma ocupação efectiva a muitos cidadãos.

Sobre este assunto o Sr. Vereador Manuel Claro referiu que por principio é contra o trabalho suplementar mas é obvio que não se pode abdicar dele já que é necessário, porque existem tarefas que só se podem concretizar fora do horário normal de trabalho. Disse ainda que há que analisar em termos percentuais as horas extraordinárias e sendo assim não será um número tão significativo.

Relativamente ao assunto acima identificado e com base na informação n.º 1025, de 09/12/99, da Repartição de Orçamento e Contabilidade, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º2722 /99 (13/12/99):*

- **Tomar conhecimento e homologar a relação dos pagamentos efectuados no mês de Novembro de 1999, cujo total ascende a 1.116.043.761\$00 (mil milhões cento e dezasseis milhões quarenta e três mil setecentos e sessenta e um escudos).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

## **II.3. CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA:**

- a) Plano de Actividades e Orçamento para 2000;

- b) Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Coimbra para 2000;
- c) Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia para 2000.

Pelo Sr. Presidente foi posta à discussão e análise o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para o ano 2000, sobre o qual na passada Terça-feira decorreu a reunião extraordinária da Câmara Municipal. O Plano encontra-se dividido nos seguintes objectivos:

- Promoção da Educação – 936.041.000\$00;
- Promoção e Dinamização da Cultura, Desporto e Tempos Livres – 1.282.700.000\$00;
- Valorização da Qualidade Ambiental – 5.838.522.000\$00;
- Desenvolvimento Sócio Económico – 5.446.734.000\$00;
- Promoção da Solidariedade e da Qualidade de Vida – 2.111.285.000\$00.
- Total do Plano de Actividades – 15.615.282.000\$00.
- Total do Orçamento – 19.650.906.000\$00.

Os documentos referidos, dada a sua extensão ficam anexos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

O **Sr. Vereador João Silva** referiu que a elaboração do Plano de Actividades se iniciou em Julho com a publicação de um despacho enquadrado do Sr. Presidente, na sequência do qual todas as unidades orgânicas da Câmara, com a supervisão dos Vereadores a tempo permanente, apresentaram as propostas que levaram ao projecto do Plano de Actividades e Orçamento que foi apresentado na reunião extraordinária do dia 7 de Dezembro. Nessa reunião houve a oportunidade de debater, clarificar e de apresentar propostas, os Vereadores do Partido Social Democrata, para além de apresentarem oralmente algumas propostas referiram o acordo com as propostas constantes do projecto do Plano de Actividades, contudo referiram a seguir que o Plano de Actividades merece muitas reservas, isto é, existindo um sentido de incoerência entre o começo e o fim da intervenção. Das propostas que os Srs. Vereadores fizeram, teve a oportunidade de as analisar com alguns vereadores e técnicos tentando perceber o que tinha sido proposto, se era possível a sua consideração, e até que ponto é que se integravam na estratégia global do documento. Dessa análise verificou que existia um conjunto de propostas que os Srs. Vereadores fizeram que estão contempladas no documento. Disse ainda que não houve contestação global ao documento, houve sim a tentativa de encontrar mais algumas coisas para incluir no Plano de Actividades. O que às vezes torna as coisas cansativas e dramáticas é o facto de termos estado a debater um conjunto de assuntos com grande abertura, transparência e total franqueza e depois vir-se escrever omitindo os esclarecimentos, mantendo as mesmas dúvidas. No que diz respeito às propostas do Sr. Vereador Gouveia Monteiro começou por referir que entende não ser tecnicamente possível a transferência de verbas de capital, tal como propõe havendo que actuar com ponderação e cuidado nesta matéria. Mais referiu que num cálculo feito às propostas apresentadas, o Sr. Vereador Gouveia Monteiro propunha um acréscimo de despesa de mais dois milhões de contos para além do que está previsto e que tem sido tão criticado pelos senhores vereadores quanto à forma de financiamento. Existem outras questões praticamente impensáveis de considerar, tais como a vedação do percurso urbano da linha ferroviária da Lousã. Quando se defende a aproximação da cidade ao rio e se avança com metropolitano de superfície essa proposta é inaceitável. Outra questão estratégica fundamental é a da construção do Mercado Municipal de S.José, já que seria a morte do Mercado D.Pedro V. Outra questão é que há propostas formuladas em termos meramente partidários e essas não são consideradas porque as juntas de freguesia foram sempre consideradas em termos de igualdade e portanto é inaceitável que haja valorizações político-partidárias em relação Juntas de Freguesia.

Finalizando, o Sr. Vereador João Silva referiu que o Plano de Actividades da Câmara Municipal de Coimbra resulta de múltiplos contributos e debates, tem acrescentadas novas propostas e foi elaborado com coerência e homogeneidade dando continuidade aos projectos que vêm sendo realizados. Relativamente ao orçamento é bom que se diga e se sublinhe que não foi apresentada nenhuma alternativa de orçamento nem tão pouco de qualquer tipo de financiamento. Os Srs. Vereadores apresentaram propostas para despesa e não apresentaram proposta para receita. Criticaram a questão da venda dos terrenos mas não repararam na capacidade de endividamento que é muito significativa podendo-se sempre recorrer a ela se for necessário, existindo ainda o financiamento do 3º Quadro Comunitário de Apoio.

O Sr. Vereador João Silva não consegue entender em que é que o Sr. Vereador Gouveia Monteiro põe em causa a estratégia apresentada no Plano, com as propostas que apresenta, tanto mais que não contestou nenhuma das acções previstas nem propôs que qualquer acção fosse anulada em detrimento das propostas que apresentou.

Fez também um apelo aos Senhores Vereadores para que tirem as consequências do seu voto contra e que durante o próximo ano não votem favoravelmente a realização das acções incluídas no Plano.

O **Sr. Vereador Francisco Rodeiro** voltou a fazer uma descrição dos contributos apresentados pelos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata na reunião extraordinária do executivo municipal e que não foram considerados pela maioria socialista na elaboração do documento final apresentado, pelo que fez algumas considerações sobre as razões porque iriam votar contra o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para o ano de 2000, razões essas que se encontram consubstanciadas na sua justificação de voto.

O **Sr. Vereador João Pardal**, acrescentando ainda ao que foi dito pelo Sr. Vereador Francisco Rodeiro, referiu que as propostas apresentadas resultam de um contacto efectivo com as Juntas de Freguesia e Associações do Município, que lhes permitiu ter um conhecimento real das necessidades das populações tendo sido apresentadas ao longo do ano mas nunca consideradas. Disse ainda que gostaria de ter um concelho avançado e com estratégia, em que fosse possível ver o seu crescimento, mas o que se pode verificar é que o plano que é apresentado é um plano de continuidade sem qualquer salto qualitativo.

O **Sr. Vereador Gouveia Monteiro** fez algumas considerações sobre a não consideração das propostas por si apresentadas e sua discordância em relação ao que foi dito pelo Sr. Vereador João Silva, até porque um grande conjunto delas não custaria dinheiro à Câmara havendo outras que até dariam receitas, referindo como exemplos o levantamento de edifícios com interesse patrimonial e arquitectónico nas freguesias, que resultou de uma intervenção do Prof. Jorge Alarcão na Assembleia Municipal, bem como o levantamento de edifícios disponíveis para equipamentos de índole social.

Resumindo a sua intervenção, a qual se encontra consubstanciada na sua justificação de voto, o Sr. Vereador Gouveia Monteiro referiu que neste Plano de Actividades há projectos que continuam adiados, o que é inadmissível, à excepção do Mercado D. Pedro V, que permite encarar a remodelação daquele espaço com algum optimismo embora relativo. Disse ainda que ao ler o documento por si elaborado em 1999 sobre avanço e falhas, todas as falhas apontadas, à excepção do Quartel dos Bombeiros e uma ou outra melhoria, continuam neste Plano, pelo que iria votar contra o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para o ano de 2000.

O **Sr. Vereador Luis Vilar** à semelhança do que foi feito na reunião extraordinária referiu a sua não concordância com a maior parte das propostas apresentadas quer pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro quer pelo Sr. Vereador Francisco Rodeiro acrescentando ainda que o Sr. Vereador Francisco Rodeiro nem apresentou as propostas escritas demonstrando a intenção de votar contra o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal. Referiu-se ainda à mistura que os Senhores Vereadores fazem com obras da competência da Câmara Municipal de Coimbra a obras da competência do Estado referindo também que os governos de 10 anos do Partido Social Democrata não contemplaram Coimbra com nenhuma das obras que já são uma realidade, tais como: Ponte Europa, IC2, Centro de Congressos, Parque Verde, PET, Hospital Pediátrico, Coimbra – Capital Saúde, Auto-Estrada Coimbra/ Figueira da Foz, Taveiro/Arzila.

Em relação à proposta apresentada pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro sobre a obra da Zona Desportiva do Polo II – Centro de Estágios e Acompanhamento do Projecto e Apoio à sua concretização, referiu só dela ter conhecimento na qualidade de dirigente político/partidário. Enquanto Vereador da Câmara Municipal de Coimbra desconhece o projecto, pelo que a entidade promotora desta obra, que é feita com dinheiros do Estado, se quisesse acompanhamento da Câmara Municipal te-lo-ia solicitado. Disse ainda o Sr. Vereador não entender que se diga que esta Câmara Municipal é insensível à construção de Habitação Social, quando está em curso um programa de realojamento de todos aqueles que o necessitam, conforme já informou na reunião extraordinária do passado dia 07/12/1999.

Sobre a discussão do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2000 a **Sr.ª Vereadora Teresa Portugal** referiu que quando se inscreveu para falar era para discutir o sentido de votação do documento. No entanto, o que se verifica é que se tem estado a discutir no mesmo tom do que foi feito na reunião extraordinária, tendo os Senhores Vereadores publicado nos jornais os seus depoimentos que colocaram na dita reunião. Disse ainda a Sr.ª Vereadora Teresa Portugal que a maior parte das propostas apresentadas pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro estão consignadas no Plano de Actividades. Acontece, porém, que muitas das propostas são de cariz partidário e o Plano de Actividades não pode ser um somatório de propostas de natureza partidária. Este é um Plano para servir a cidade com as 31 freguesias e do qual fazem parte rubricas com verbas consignadas para apoiar projectos que tenham viabilidade e que sejam realizáveis com dinâmica própria, Falou ainda da consolidação de verbas para infraestruturas e projectos nas áreas verdes (Vale das Flores e Novo Horto Municipal) sendo a construção destes equipamentos essenciais para a cidade. Por fim e quanto à construção de um teatro Municipal a Sr.ª Vereadora Teresa Portugal voltou a referir e em semelhança ao que já havia feito na reunião extraordinária, que a gestão de um espaço dessa natureza é algo complicado, como se pode verificar pelo caso do Teatro Académico de Gil Vicente. A Câmara Municipal de Coimbra tem um projecto em desenvolvimento com um espaço destinado a animação de interesse municipal, no âmbito do teatro, da música e outros. É um espaço polivalente contemplado no projecto do Convento de S. Francisco, que comporta 800 lugares, dizendo ainda que no ano em que o Ministério da Cultura vai apoiar a realização do Teatro Municipal para a Escola da Noite, não apoiará certamente a realização de nenhum outro Teatro Municipal. Para terminar e não fazendo nenhum apelo ao modo de votação, a Sr.ª Vereadora Teresa Portugal realçou que no plano que é apresentado com cinco objectivos essenciais para a cidade, com as verbas que tem, não acredita que não haja para os eleitos locais da cidade um ponto de convergência que leve a abdicar do “capelismo partidário” e participaram numa coisa a favor da cidade.

Sobre este assunto o **Sr. Vereador Manuel Claro** referiu que, embora discordando de grande parte, registou as propostas feitas pelo Sr. Vereador Jorge Gouveia Monteiro, que teve a hombridade de as fazer por escrito, havendo

algumas que foram acolhidas. Ao invés, o Partido Social Democrata não apresentou grandes propostas das estratégicas ou se as tem não as revelou.

- Em relação ao pré-escolar referiu que há um grande reforço de verbas, nomeadamente, a construção de mais de doze novos jardins de infância e mais de 20 escolas de ensino básico com grandes e médias reparações. Apresentam verbas significativas, nomeadamente, no 1.º caso de 461 mil contos e no 2.º caso de 265 mil contos.

- Quanto aos espaços culturais, deu nota dos grandes eventos que estão previstos para o próximo ano, a saber, a homenagem do grande escritor do realismo, Eça de Queirós; a bienal de fotografia que se vem realizando há vários anos; o 8.º Festival Internacional de Música; as Festas da Liberdade; os Encontros Mágicos e as Festas da Rainha Santa, para além da Queima das Fitas que se realiza anualmente. Tudo isto totaliza a verba de 166 mil contos.

- Quanto aos espaços verdes estão inscritas verbas da ordem dos 176 mil contos para o próximo ano. É uma verba significativa e é uma área que é urgente e necessário continuar a intervir.

- Na área do desporto o essencial foi dito pelo Sr. Vereador Jorge Lemos, nomeadamente no que se refere à polémica à volta do Estádio do Calhabé e do Euro 2004.

- Quanto aos espaços desportivos multifuncionais registou a inscrição de uma verba que porventura poderá ser insuficiente. Referiu que não conhece o projecto, mas junto à Casa Municipal da Cultura existe um complexo desportivo que é urgente e que deve existir naquela zona.

- Quanto à melhoria do atendimento dos munícipes realçou o investimento de 35 mil contos nos quiosques multimédia; a inscrição de 450 mil contos para o Mercado D. Pedro V, é obra para concluir; o elevador do mercado com 200 mil contos; o Convento de S. Francisco com 300 mil contos; o PROCOM na Baixinha que contempla 140 mil contos. Isto num conjunto de um milhão e duzentos contos para a recuperação de Centros Históricos.

Todo este conjunto de obras, porventura, levará a oposição em bloco a votar contra este orçamento que ronda os 20 milhões de contos e é o maior orçamento da Câmara Municipal.

O Sr. Vereador Jorge Lemos sobre este assunto referiu que irá votar favoravelmente o Plano de Actividades porque é um plano sério e honesto, contrariamente ao que foi dito. Teve oportunidade de verificar algumas propostas e constatou que 90% das que foram apresentadas pelo Sr. Vereador Gouveia Monteiro estão inseridas neste Plano de Actividades. Disse ainda que na passada Terça-feira teve oportunidade de dizer ao Sr. Vereador Francisco Rodeiro e à bancada do Partido Social Democrata e a todos os presentes, quais eram as actividades e o que é que foi transmitido ao Arquitecto relativamente ao Euro 2004. Hoje, para seu espanto, no jornal o Sr. Vereador Francisco Rodeiro diz que não sabia para onde iam as colectividades. O Sr. Vereador Jorge Lemos pensa que o que se vai lá fazer é para chamar gente para aquela zona em termos de desporto, porque não é um estádio de futebol, é a Casa Municipal do Desporto, e por isso, querem lá gente a praticar desporto.

Sobre este assunto e finalmente o Sr. Presidente procedeu à leitura de um documento por si elaborado e que diz o seguinte:

“O Plano de Actividades e Orçamento que se apresenta para o ano 2000, sistematiza e evidencia um vasto conjunto de acções a empreender pela Câmara Municipal no âmbito da estratégia adoptada para o desenvolvimento do Município e que se vem assumindo desde do início do presente mandato autárquico. Realiza-se assim a construção coerente dos caminhos para o progresso da cidade com iniciativas estruturantes para responder a novos desafios, promovendo o engrandecimento de Coimbra, em articulação harmoniosa e de complementaridade na sua comunidade de vizinhos.

Neste entendimento, apresentam-se estes documentos que, sendo do ponto de vista técnico eminentemente previsionais, consubstanciam uma visão estratégica a que continuamente se dá conteúdo pela acção quotidiana na vida municipal, e que, simultaneamente, congrega factores inovadores de dinamismo criados por novas oportunidades de trabalho e de realização, que complementam e concretizam, de forma consequente, iniciativas correspondentes às linhas orientadoras definidas e adoptadas pelo sufrágio dos conimbricenses.

Pese embora o conhecimento generalizado das opções políticas e de gestão prosseguidas pela Câmara Municipal não deixa de ser importante a sua reafirmação aqui, porque um plano de actividades autárquicas não pode ser um mero documento tecnocrático sem história mas, ao invés, tem de caracterizar-se como instrumento prospectivo de dinamismo para o futuro e assim, integrador expressivo dos princípios e opções de desenvolvimento enquadradoras do trabalho que se pretende realizar.

*Neste contexto e em primeiro lugar importa sublinhar, como pilar fundamental da nossa estratégia para Coimbra, o entendimento do Município como um espaço global de realização de toda a comunidade, sem privilegiados nem excluídos, assumindo, de novo e sempre, a promoção de Coimbra como a “Cidade das 31 Freguesias” - espaço identitário marcante do território—rio nacional pela cidadania, pela cultura, pela solidariedade e pelo progresso.*

Reconhece-se, obviamente, a existência de especificidades territoriais, tradições e costumes que vale a pena valorizar, mas o que prevalece é o entendimento inequívoco de que o desenvolvimento sustentado do Município tem de ser encarado de modo pluridisciplinar e globalizante, em que a diversidade constitui uma riqueza a preservar, com um denominador autárquico comum que é o da promoção de acções para a realização pessoal e colectiva de todos os cidadãos, sem excepção, nesta sua cidade.

Resulta desta premissa basilar o Plano de Actividades que se notabiliza pela riqueza dos objectivos, programas, projectos e acções, orientadas para o serviço aos munícipes como comunidade de pessoas concretas, ao mesmo tempo que se procura

abrir novos caminhos, neste ano de final de milénio, para um estádio avançado de modernidade e desenvolvimento orientado para a qualidade de vida de todos os que fazem desta terra casa, local de trabalho, sítio de aprendizagem, e espaço de lazer e de saberes.

*Um segundo entendimento sobre a nossa cidade, radica no vasto e riquíssimo legado humano, histórico, cultural, monumental, urbanístico, paisagístico, o que nos motiva não só à consagração de medidas políticas para sua preservação e promoção patrimonial, mas também para empreender um plano de realizações e abertura de portas a iniciativas dos mais diversos agentes, mediante uma postura de disponibilidade responsável, facilitadora do progresso, mas respeitadora das regras e dos valores que nos legaram e que respeitamos na construção do futuro.*

Queremos deste modo contribuir para a criação de uma comunidade territorial competitiva, capaz de desenvolver acções de cooperação aos mais diversos níveis, atenta ao espaço envolvente que nos evidencia a necessidade imperiosa de constituição de uma plataforma de resistência no centro do país, pelo desenvolvimento integrado e alternativo, aos dois grandes polos metropolitanos que, até hoje, têm beneficiado de enormes impulsos centralistas, geradores do "efeito tenaz" que em Coimbra se sente mas que já estamos a romper.

Claro que esta nossa vontade para um novo estádio de desenvolvimento depende de múltiplos factores sendo que a condição essencial à sua aceleração tem muito mais a ver connosco - os conimbricenses - do que com os outros. A liderança clara da nossa cidade implica força interior e capacidade permanente de afirmação valorizadora do que temos, assumindo-o com convicção, como bandeira, percebendo a importância de Coimbra, as imensas potencialidades de que dispomos e a referência que somos no país, no espaço lusófono e, mesmo, no contexto internacional.

Por isso também o nosso convicto combate promovendo a indispensável e justificada auto-estima, com saudável patriotismo de cidade, que queremos ter e cultivar, permanentemente, porque é condição indispensável ao êxito deste projecto de ambição colectiva na construção do futuro de Coimbra.

Assim, entendemos inscrever no Plano de Actividades, com o equilíbrio e o bom senso que a responsabilidade de que somos portadores nos exige, iniciativas que consideramos essenciais para consolidar, neste final de milénio, sinais de esperança reforçados e confiança tranquila para ganharmos os desafios do próximo século.

***Neste contexto, assumindo uma estratégia de actuação concreta para o desenvolvimento, e não de mera retórica, estruturámos o Plano com cinco grandes objectivos: Promoção da Educação; Promoção e Dinamização da Cultura, Desporto e Tempos Livres; Valorização da Qualidade Ambiental; Desenvolvimento Socio-Económico; e Promoção da Solidariedade e da Qualidade de Vida.***

Nestes **objectivos** integram-se coerentemente os correspondentes **programas, projectos e acções** delineadas cuja realização, estamos certos, vai contribuir decisivamente para o desenvolvimento do Município com acrescida qualidade de vida dos munícipes, destacando-se que:

**1.** Para a **Promoção da Educação** (com a despesa prevista de 1.349.895 contos) são reforçados os apoios às acções das escolas e às famílias dos alunos do ensino pré-escolar e básico e para melhoria das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino. A área do pré-escolar recebe a maior dotação financeira, traduzida na construção de infraestruturas e equipamentos, continuando-se, ao mesmo tempo o investimento na conservação e reparação das salas de aula do ensino básico, por forma a que dentro em breve tenhamos um renovado e adequado parque escolar. Tudo isto sem descuidarmos a realização e a participação em acções e projectos educativos que se deseja contribuam acrescidamente para a melhoria do processo educativo no nosso Concelho.

**2.** Para a **Promoção e Dinamização da Cultura do Desporto e Tempos Livres** (com a despesa prevista de 1.510.922 contos) prossegue-se a estratégia de criação de infraestruturas culturais, avançando-se por exemplo, no âmbito da Biblioteca e do Arquivo, na criação da Fonoteca e na instalação de um novo Arquivo Municipal. Simultaneamente desenvolvem-se acções de expansão dos serviços que se prestam à comunidade mediante o estabelecimento da Biblioteca Municipal em rede com localidades mais periféricas, bem como a criação do "Biblo Bus" para incentivo da leitura junto dos jovens de todas as idades.

A preparação de novos espaços culturais, de que a instalação no Edifício Chiado da Colecção Artística Tello de Moraes será do maior relevo, bem como a dinamização das instalações municipais existentes e ainda o apoio a instalações e equipamentos de entidades e associações que realizem acções relevantes de natureza cultural.

A animação dos espaços culturais e a promoção de iniciativas culturais continuam na agenda municipal no ano 2000 - ano de Festas da Cidade e da Rainha Santa Isabel que terão o devido apoio, sem prejuízo de múltiplas iniciativas de grande relevo e importância estratégica na afirmação de Coimbra como "capital da alegria" que alguém tão bem cantou. Neste campo da área cultural o apoio ao associativismo, continuará a merecer a devida atenção e apoio, com base numa avaliação objectiva e cuidada dos planos de acção que os protagonistas culturais se propõem realizar no Município e que sero subsidiados, transparente e correspondentemente.

Na área desportiva, as instalações e equipamentos merecem uma especial consideração entendendo-se que a realização do EURO 2004 é uma oportunidade a não perder por Coimbra e constitui uma alavanca dinamizadora de iniciativas globais e estruturadoras das infraestruturas desportivas a instalar no Concelho. Claro que esta acção não afectará o nível de apoio à realização de acções de Fomento Desportivo e Tempos Livres, que se continua a financiar para que as colectividades usufruam das condições excepcionais criadas pela escolha de Coimbra para cidade do Euro de 2004.

**3.** A **Valorização da Qualidade Ambiental** (com a despesa prevista de 8.075.253 contos) é uma reafirmada prioridade de intervenção pelo Desenvolvimento Urbanístico, pela Promoção da Habitação e pela reabilitação Urbana dos Centros Históricos. São programas que incluem um vasto conjunto de acções determinadas pela vontade de continuar a

renovação e a intervenção sistemática e continuamente para que a harmonia do tecido urbano seja assegurado, preservado e melhorado, contribuindo-se assim para a qualidade de vida dos cidadãos. Inscrevem-se aqui iniciativas de planeamento urbanístico nos espaços especialmente sensíveis, de construção de habitação de cariz social, de reabilitação de habitações no Centro Histórico, bem como de intervenções ao nível do urbanismo comercial, fundamentais à revitalização e modernidade do comércio tradicional.

A política adoptada para a realização de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento, será prosseguida pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMASC) recebe apoio reforçado o apoio da Câmara num investimento de grande dimensão que permitirá garantir os excelentes níveis de qualidade na rede de abastecimento da água e continuar o processo de construção de infraestruturas de saneamento básico em novas áreas do Município visando alcançar um nível de tratamento de esgotos em 90%.

No que se refere às infraestruturas sanitárias e higiene publica a aposta vai no sentido da melhoria da intervenção na recolha dos resíduos sólidos urbanos, com a renovação de máquinas e equipamentos e também a realização de acções de sensibilização tendo em vista a adopção pelos munícipes de posturas cívicas e de cooperação empenhada na melhoria da limpeza dos espaços públicos; ao mesmo tempo que se dá continuidade à ampliação de cemitérios das Juntas de Freguesia mais carenciadas.

Sobre o arranjo de novos espaços na área dos Espaços Verdes e Jardins salienta-se a construção do Novo Horto Municipal nos Campos do Bolão, a criação do Parque Verde do Vale das Flores e o desenvolvimento do Projecto do Parque Verde do Mondego com obras de requalificação urbana nas duas margens do Rio, a montante da Ponte de Santa Clara de que se evidencia o Queimódromo (Choupalinho) e a montante do Parque Manuel Braga.

**4.** Para o objectivo do *Desenvolvimento Sócio-Económico* (com a despesa prevista de 5.987.351 contos) inscrevem-se as Acessibilidades/Vias Estruturantes e Acessibilidades/Vias Complementares em que se continua um processo global construção de vias que se reputam da maior importância para o desenvolvimento sustentado do Município. Em articulação estabelecida com o Governo o avanço para a construção da Ponte Europa, bem como da Circular Externa, tal como a Via Estruturante Santa Clara/S.º Martinho e Variante Sul de Coimbra s.º obras de grande significado e da maior importância estratégica para o desenvolvimento de Coimbra que muito beneficiará também da construção da Auto-Estrada entre Coimbra e Figueira da Foz com a conclusão simultânea da via rápida Taveiro/Arzila/Montemor (IP3).

Quanto às Vias Complementares, que se inscrevem numa radícula comunicacional de grandeza e efeitos variados, que se podem avaliar com precisão no Plano, não deixa de se revestir da maior importância para as localidades que servem, facilitando a vida económica e social, potenciando o progresso nas comunidades e o ordenamento urbanístico das áreas territoriais servidas.

Com as acções de Conservação e Manutenção de Vias e Passeios conjugadas com o Ordenamento de Tráfego e Circulação pretende-se uma melhoria da fluidez de trânsito sobretudo através de maior índices de segurança na circulação rodoviária e pedonal.

O Aeródromo Municipal Bissaya Barreto é uma estrutura que se pretende cada vez mais bem equipada e que se deseja ver rentabilizada com uma ocupação tão intensiva quanto possível em conjugação com o Aero-Clube de Coimbra.

A referência ao Metropolitano Ligeiro de Superfície, que aparece no Plano de Actividades individualizado, tem a ver tão só com a necessidade de manter em aberto qualquer eventual actuação municipal dado que como é sabido a responsabilidade pelo seu desenvolvimento é da responsabilidade da Sociedade Metro Mondego, SA, ficando aqui a confiança de que é um processo, que neste ano de 2000, vai ter importantes avanços prevendo-se a apresentação dos estudos e caderno de encargos do empreendimento para lançar o concurso de construção/exploração.

Considera-se a seguir o Fomento da Actividade Sócio-Económica havendo, neste programa, que sublinhar algumas obras da maior relevância como é o Centro de Congressos no Convento de S. Francisco cujo processo de recuperação se apresenta como imperioso, de igual modo a reconversão e requalificação do Mercado D. Pedro V e a continuação do Projecto de Revitalização da Baixinha que, desenvolvido em parceria com os comerciantes, t.º bons resultados tem dado. Finalmente uma referência a um novo projecto, a Estação Oriental de Coimbra, cujo estudo se entende iniciar por forma a equacionar uma estação tipo intermodal na área oriental da cidade.

O Turismo enquadra um vasto conjunto de iniciativas havendo que sublinhar o esperado desenvolvimento do processo relativo ao Parque Temático - Ciência, Cultura e Lazer a cargo do Fundação Infante D. Pedro, e as acções de promoção de Coimbra em conjugação de esforços com a Região de Turismo do Centro.

**5.** O quinto objectivo estratégico adoptado para a *Promoção da Solidariedade e da Qualidade de Vida* (com a despesa prevista de 2.727.484 contos) integra o serviço de transportes colectivos em que se reforça o apoio aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos (SMTUC) reafirmando-se a política de aposta na sua qualificação como solução nuclear de transporte no Município e instrumento decisivo no apoio à actividade económica no que se refere à circulação de pessoas e vida na cidade.

Complementarmente pretende-se intervir na construção de novos parques periféricos conseguindo-se desta forma um aumento de oferta de estacionamento e transporte articulados no sistema pioneiro ECOVIA.

A Promoção da Acção Social com acções diversificadas bem como a Defesa do Consumidor e os Serviços Sociais Internos são áreas que merecem a necessária consideração pelo desenvolvimento de iniciativas que contribuir.º decisivamente para melhorar Coimbra como um espaço de vida mais solidário e harmonioso.

Na Protecção Civil continuar-se-á o trabalho de dotar Coimbra com estruturas e instrumentos de salvaguarda de pessoas e bens fazendo deste Município um território de excelência no que se refere à segurança e bem estar dos seus cidadãos. Quanto à Organização e Modernização Administrativa e à Melhoria do Atendimento aos Municípios entende-se salientar a continuação da formação e preparação dos recursos humanos melhorando as suas competências e a qualidade do seu trabalho, actuando simultaneamente na aquisição de novos equipamentos com o grande objectivo de fazer desta autarquia uma instituição de excelência pela qualidade de trabalho, celeridade nas respostas e competência nas soluções técnicas adoptadas.

As Acções de Geminação e Cooperação tenderão a desenvolver-se e a solidificar-se na convicção de que uma cidade com as características de Coimbra é uma plataforma de troca de experiências e a sua história e o seu saber acumulado são um património a partilhar com outros povos e outros espaços.

Cabe finalmente referir a Descentralização e Apoio às Juntas de Freguesia. É um capítulo da maior importância, que sempre mereceu a melhor atenção deste Executivo e em relação ao qual importará sublinhar o reforço das transferências para financiamento de obras a realizar com base em Protocolos. De igual modo houve um reforço para protocolos na área da Educação, garantindo desta forma a atempada realização de pequenas obras e intervenções imediatas nas Escolas.

Continua-se ainda o esforço de apoio à construção de edifícios para as sedes das Juntas de Freguesia que ainda enfrentam problemas de instalação, entendendo que esta é uma das condições de dignificação do poder local e de satisfação de necessidades básicas dos cidadãos.

Complementarmente às acções do Plano de Actividades, refira-se ainda a estratégia municipal de participação em empresas e associações para o desenvolvimento do Município onde a Câmara é parceira, sem prejuízo de outras que a todo o momento possam vir a surgir, considerando-se a sua pertinência e o seu mérito para o engrandecimento qualitativo de Coimbra.

Neste âmbito de participação empresarial destaca-se a acção específica atribuída, conforme os respectivos pactos sociais, das seguintes:

- Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos do Centro (ERSUC)
- Lusitania gás - Companhia de Gás do Centro
- Mercado Abastecedor de Coimbra (MAC)
- ODABARCA - Animação Turística do Mondego
- PRODESO - Sociedade para o Desenvolvimento Profissional e Social
- METRO MONDEGO

No que diz respeito à participação em associações, organismos e instituições diversas é de salientar o trabalho que prosseguiremos nos seguintes âmbitos:

- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)
- Região de Turismo do Centro
- Associação de Informática da Região Centro (AIRC)
- Instituto Nacional da água
- Instituto Pedro Nunes
- Associação Tecnopolo de Coimbra
- Associação de Municípios do Baixo Mondego e Gândaras
- Federação Mundial das Cidades Unidas
- Associação de Municípios - Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis
- Centro de Apoio Autárquico ao Consumidor
- Tribunal Arbitral

Uma referência que aqui se deve ainda fazer é a do relacionamento com a Universidade de Coimbra, bem como com as diversas Instituições e Serviços Públicos sediados no nosso Município, relacionamento e cooperação de entre-ajuda que não regateamos pelo reconhecimento da sua importância estratégica para a valorização e desenvolvimento da nossa cidade.

*Neste contexto, o Plano de Actividades e o Orçamento que se apresenta, constituem-se como documentos que agregam os Planos e Orçamentos dos SMASC, com dotação de 5.111.016 contos e SMTUC, com dotação de 2.749.980 contos, representam: a garantia da continuidade do desenvolvimento sustentado de Coimbra; a aposta determinada na realização das grandes obras públicas reivindicadas e acordadas com o Governo; a qualificação do espaço municipal e a melhoria das condições de vida dos cidadãos; a garantia de criação de condições de desenvolvimento de projectos de forma articulada e concertada com as mais diversas Instituições e Associações sediadas no Município (Universidade, Estabelecimentos de Saúde, ACIC, etc.); a vontade determinada de desenvolver a cooperação, a todos os níveis, com as Juntas de Freguesia, dando-lhes competências e importantes meios financeiros para que possam realizar as suas atribuições.*

**É que, de facto, consideram de forma clara a valorização de uma estratégia para o desenvolvimento de Coimbra, no contexto da Região e do País, convictos que estamos que "ninguém consegue transformar senão o que conhece e ama verdadeiramente..."**

Posto isto, o Sr. Presidente colocou à votação os documentos em análise, tendo o executivo deliberado:

*Deliberação n.º 2723 /99 (13/12/99):*

- **Aprovar o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para 2000, Regulamento de Execução Orçamental da Câmara Municipal de Coimbra para 2000 e Delegação de Competências nas Juntas de Freguesias para 2000, com envio à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores Teresa Portugal, Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar e Manuel Claro e votaram contra os Srs. Vereadores Francisco Rodeiro, José Ribeiro, João Pardal, Cassiano Afonso e Gouveia Monteiro.

Justificação de Voto dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata: “Votamos contra, porquanto:

No dia 7 de Dezembro do mês corrente, durante a reunião extraordinária da CMC para discussão e análise do PO para o ano 2000, os vereadores do PSD neste Executivo tiveram oportunidade de apresentar propostas em ordem ao aperfeiçoamento do documento, convictos de que, num regime democrático, compete às oposições contribuir, de forma serena mas empenhada, para o melhoramento das estruturas e do bem estar das populações.

À luz desse princípio, e, também, porque, tempos antes, o Sr. Vereador João Silva, a propósito do PA/2000, havia transmitido à comunicação social que o documento não era definitivo, pois aguardava os contributos e as propostas da Oposição, apresentámos cerca de quarenta propostas que nos parecem fundamentais como forma de alteração ao figurino da cidade que cremos.

Importa referir, desde já, por uma questão de justiça, que muitas das iniciativas inscritas no Plano merecem, naturalmente, o nosso aplauso mesmo pela simples razão de que algumas delas foram igualmente aprovadas por nós ao longo do corrente ano.

Por uma questão de rigor, reproduzimos o rol das nossas propostas, sem deixarmos de referir uma ligeira alteração da metodologia em relação ao PO do ano 1999.

De facto não houve a preocupação de aprontar um rol esmiuçado de iniciativas, p. ex., em matéria de acessibilidades e vias complementares ou de infraestruturas sanitárias por três razões principais.

A primeira porque, se a pavimentação de uma determinada rua ou via não consta do Plano, o mais natural é pensar-se que a própria junta de freguesia não a teve como prioritária, ou se a teve, expondo-a aos técnicos da Câmara e ao vereador do pelouro respectivo, e a sugestão não foi transcrita para o Plano, é porque há outras prioridades e os recursos não são inelásticos.

A segunda reside na circunstância de os próprios vereadores do PSD, como resultado das suas sistemáticas visitas às freguesias, terem apresentado nas reuniões da Câmara um relatório com referência às carências enunciadas e sentidas pelos autarcas e residentes, e algumas das nossas sugestões terem tido acolhimento no Plano.

Por fim, advogando nós uma crescente descentralização das funções nas juntas de freguesia - com a correlativa libertação de meios financeiros - não se justifica que nos substituemos aos próprios autarcas locais.

Como estamos recordados, as nossas propostas consubstanciaram-se nas seguintes:

#### 01- PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO

##### EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

1ª) - Instalação de um jardim de infância na área da freguesia de Santo António dos Olivais, na zona de casal do Lobo ou do Luzeiro.

##### ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

2ª) - Criação de uma rede de refeitórios nas escolas primárias do concelho de Coimbra e/ ou a celebração de acordos com instituições por forma a que, progressivamente, todos os alunos possam beneficiar desse apoio.

3ª) - Reparação das escolas primárias nº 4 (Olivais) - grande reparação, nº 22(Areeiro) - média reparação, nº 5 (Celas) - média reparação, Ameal - média reparação

#### 02 - PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

4ª) - Construção de um Teatro Municipal com a amplitude e a dimensão capazes de acolherem espectáculos de ópera, bailado, comédia e ciclos de música ou de cinema.

Essa sala de espectáculos da cidade não deve esgotar-se na sala de teatro prevista para a zona da Cerca de S. Bernardo, destinada às realizações culturais da "Escola da Noite", até porque dificuldades no estacionamento e no acesso recomendam solução diversa.

5ª) - Criação do Museu de Arte Contemporânea da cidade, apto a acolher e mostrar o espólio da CMC, mas, também, como forma de apoio, promoção e divulgação das artes plásticas, considerando, ainda, as dificuldades com que se debatem muitas galerias de arte, sediadas em Coimbra.

6ª) - Criação de um prémio de pintura e escultura, no valor de 1.000 contos como forma de estímulo à actividade criativa domínio das artes plásticas e cujo nome, à semelhança do prémio literário "Miguel Torga" ou o de Arquitectura Diogo Castilho", seria oportunamente encontrado.

7ª) - Aproveitando a efeméride dos 250 anos de João Sebastião Bach, a realização de um festival de música clássica, com concertos de música de Bach, Beethoven, Mozart, List, Verdi, etc, ainda que integrado no 8º festival Internacional de Música de Coimbra



8ª) - Realização no ano 2000 de um congresso municipal de das as associações culturais, teatrais, folclóricas e musicais como forma de recolha sugestões e recomendações sobre a política cultural do município.

9ª) - Receio de que possa haver a tentação de um certo dirigismo cultural na celebração dos protocolos de acordo entre a CMC e as associações.

10ª) - Em matéria de problemática do Euro/2004 e, considerando as cláusulas do protocolo celebrado entre a Administração Central e a CMC, que prevê que as obras estejam prontas até final de 2003, vemos com apreensão que, para o ano 2000, constem, em matéria de financiamento, apenas os estudos e os projectos, considerando que foram gastos perto de 233.000 contos na pista de atletismo e na reconstrução dos balneários, defendendo nós que tais obras sejam preservadas.

Também não descobrimos no Plano de Actividades que haja a preocupação de serem apresentadas soluções para o estacionamento, as vias de acesso (nomeadamente, a Ponte da Portela e a circular externa), o novo parque de campismo e os campos de treino.

11ª) - Ainda com a realização do Euro/2004, propomos a construção de uma piscina na Margem Esquerda e outra na Zona Norte do Concelho, uma vez que no Plano estão previstas novas piscinas municipais sem que seja indicada a sua localização concreta.

12ª) - Construção de um Pavilhão Municipal Gimno-Desportivo, capaz de acolher grandes eventos desportivos, como a realização de campeonatos de basquetebol, andebol, hóquei e patins, voleibol, etc.

13ª) - Reforço do apoio às colectividades desportivas por forma que sejam finalizados os seus recintos e ultrapassados os obstáculos burocráticos à sua legalização, nomeadamente, os de Arzila, Cidreira, Ameal, Zouparria do Monte, Santa Clara, Antuzede, Sobral Ceira, Cabouco, Sport Conimbricense, S. João do Campo, Grupo Desportivo das Almas- Gândara.

### 03 - VALORIZAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL

14ª) - Concretização efectiva do Plano Estratégico de Coimbra, há muito tempo prometido. Neste documento, de importância fundamental para a cidade, devem ser contempladas a rede de acessos e vias de comunicação, os equipamentos desportivos e de cultura, a modernização das estruturas de saúde e da justiça, etc.

15ª) - Resolução de estrangulamento que advém da entrada na cidade pela estrada da Cidreira, ou seja, pelo tunel da Estação da Estação Velha.

16ª) - Resolução (ou pressão para a sua resolução) da iluminação pública nos troços do IC2, entre Trouxemil e a Estação Velha, da via Rápida Bencanta - Taveiro e na circular dos HUC.

17ª) - Investimento efectivo na habitação social, pela aquisição de solos afectos à construção e à sua colocação no mercado a preços controlados (nomeadamente cooperativas de habitação), como resultado também da lei recentemente aprovada sobre as competências das autarquias.

No sector de habitação social, lamentamos o desinvestimento e o desinteresse da maioria socialista na CMC, constituindo essa medida para nós uma questão prioritária.

18ª) - Criação de uma empresa municipal de gestão do património imobiliário do município.

19ª) - Investimento acentuado nas infraestruturas sanitárias e de higiene pública no concelho, porquanto, lamentavelmente, a cidade e o concelho continuam a caracterizar-se por serem muito sujos.

20ª) - Ampliação dos cemitérios do Ameal e de Santo António dos Olivais (neste, também, o reforço de iluminação).

21ª) - Arranjo do espaço público, e sua afectação a parque infantil, entre a Rua Dr. António José de Almeida e a Rua Trindade Coelho.

22ª) - Arranjo de parte do espaço, e sua afectação a parque infantil, na zona da Urbanização Quinta D. João.

23ª) - Arranjo da zona verde da Av. Calouste Gulbenkian

24ª) - Arranjo da Rua Paulo Quintela, na freguesia de S. António dos Olivais.

25ª) - Reforço do apoio às juntas de freguesia, de 5.000 contos para 15.000 contos, destinado à criação de espaços verdes.

### 04 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

26ª) - Construção da nova Ponte da Portela

27ª) - Construção de uma verdadeira circular externa à cidade de Coimbra, formando um anel ou periférico, com a ligação do IC2 a Cruz de Morouços, daqui em direcção à nova Ponte da Portela e desta em direcção ao IP3

28ª) - Resolução efectiva dos problemas criados pela passagem inferior da Estação Velha.

29ª) - Em matéria de acessibilidades e vias complementares, registando embora que foram acolhidas algumas das nossas sugestões quer formuladas no ano transacto por escrito quer como resultado das nossas visitas às diversas freguesias, propomos a pavimentação da rua entre a Rua de Sá Carneiro e a Rua da Mãozinha; a pavimentação da Rua Portela da Cobiça ao Areeiro; colocação de tapete na calçada de S. Sebastião e a 2ª fase da Calçada do Gato, tudo na área da freguesia de Santo António dos Olivais.

30ª) - A resolução dos estrangulamentos de trânsito, já apresentada por nós em reunião da CMC, nas zonas da Casa Branca, Av. Cónego Urbano Duarte, cruzamento da Rua Miguel Torga com a Av. Dias da Silva e da Casa do Sal.

Colocação de bandas sonoras nas Av. Fernão de Magalhães, Cónego Urbano, Elisio de Moura e António Portugal.

31ª) - Instalação de um Parque Industrial na área do Município, com dimensão bastante, com vista à inversão da tendência para a extinção de muitos postos de trabalho como se tem verificado de há uns anos para cá, e com aproveitamento das potencialidades da Universidade de Coimbra.

Sugerimos até que o Executivo visite parques industriais do país, nomeadamente, o Tagus Parque, na Zona de Oeiras.

32ª) - Construção efectiva da ponte pedonal entre a guarda Inglesa e a Estação Nova.

33ª) - Abertura à iniciativa privada da instalação do Parque Temático da Ciência, Cultura e Lazer, em regime de acordo ou parceria, com benefício para o Município

34ª) - Construção efectiva do novo parque de campismo.

#### 05 - PROMOÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DA QUALIDADE DE VIDA

35ª) - Criação e lançamento do cartão jovem municipal

36ª) - Fomento e apoio à criação de uma rede de centros de dia e lares de terceira idade em todo o concelho de Coimbra, com incentivo às instituições que os pretendam instalar.

37ª) - Instalação de um refeitório (cantina) para os funcionários municipais, à semelhança do que acontece com outras instituições públicas.

38ª) - Instalação de um posto policial na zona do Ingote

39ª) - Reforço das verbas a transferir para as juntas de freguesia, nomeadamente, o valor do subsídio fixo de 1.000 contos.

40ª) - Plano Municipal de Ambiente

Por último, e, quanto ao Orçamento/2000 elaborado para financiamento das actividades do Plano, registamos com preocupação a rubrica sobre a venda de bens de investimento (7.900.000 contos), pois desconhecemos quais os terrenos que vão ser objecto de alienação e sua localização, até porque a CMC não tem um registo ou cadastro preciso dos bens imobiliários.”

Justificação de voto do Sr. Vereador Jorge Gouveia Monteiro:

“1. O maior e principal defeito do Plano e Orçamento do Município para o ano 2000 reside no facto de ele não romper com a rotina anterior de planos anuais, geridos por objectivos, projectos e obras que se arrastam de uns anos para os outros, sem fio condutor estratégico. A mesma maioria que domina, em exclusividade assumida, a governação de Coimbra desde o primeiro dia da década de 90, não tem, dez anos volvidos, um Plano Estratégico que informe os sucessivos planos anuais. É pena, e é, sobretudo, uma enorme limitação de toda a actividade de planeamento.

Seria, porém, natural que o planeamento municipal fosse incorporando ideias estratégicas que foram fazendo caminho na sociedade coimbrã. Assim, por exemplo, a ideia-chave de “Cidade da Saúde” deveria informar o Plano 2 000, levando a grandes investimentos em áreas da competência da Câmara, intimamente ligadas à melhoria da saúde das populações, designadamente:

Saneamento básico – grande avanço na expansão da rede colectora de esgotos domésticos a todo o território do Concelho e no seu tratamento final, bem como na despoluição de cursos de água.

Assim não sucede: o investimento camarário em infraestruturas de água e saneamento é igual ao do ano anterior, que por sua vez era já inferior ao de 1998.

Desporto – grande investimento nas infraestruturas de prática desportiva das associações, clubes e colectividades, na rentabilização de equipamentos escolares subaproveitados, na dinamização da prática desportiva para toda a população.

Assim não sucede: o investimento em instalações e equipamentos desportivos baixa meio ponto percentual relativamente a 99, apesar de subir 20 000 contos em apenas três dias, fruto certamente das propostas da CDU e da discussão havida na reunião extraordinária da Câmara. A perspectiva do Europeu 2004 está também ausente do Plano para 2000.

2. Mas outras questões estratégicas, de origem diversa mas que têm a ver com a época e a situação concreta que se vive em Coimbra, deveriam igualmente informar o Plano e Orçamento para 2000.

O horizonte de revisão do Plano Director Municipal obrigaria a que se tratasse, já em 2000, de enfrentar um problema urbano da maior importância: a fixação da população nos centros estratégicos e lugares centrais das Freguesias, através de planeamento das áreas de expansão e da nova rede viária e de medidas de incentivo à construção de habitação própria.

Tal não é feito. O tratamento no Plano da área de desenvolvimento urbanístico e habitação continua a considerar quase em exclusivo a “polpa” suburbana onde se encaixotarão os desenraizados, aos preços de mercado.

As recentes alterações legais no domínio das transferências de competências para os Municípios e Freguesias aconselhariam novos passos na descentralização de meios da Câmara para as Juntas de Freguesia, assim como para as associações culturais e desportivas, como forma de consolidar o tecido autárquico e associativo, mais próximo das populações.

Ao invés, insiste-se na estafada política dos protocolos como via única de transferências de meios para as Juntas. Espera-se que, pelo menos, tais protocolos sejam celebrados no início do ano. Nas áreas cultural e desportiva, a prioridade – quase totalidade – do investimento continuam a ser as instalações municipais, centralizadas, nunca prontas, nunca saciadas.

As novas responsabilidades dos Municípios na área educativa aconselhariam também um grande investimento na recuperação das escolas primárias, na construção de refeitórios, na criação de condições para actividades complementares de natureza educativa.

Não é assim. À verba para conservação e reparação de escolas primárias diminui de 190 para 164 000, para além das escolas listadas serem exactamente a mesmas de Dezembro de 1998. Salva-se o facto de terem sido agora acrescentados ao projecto inicial 5000 contos para “construção de refeitórios”. O aumento das verbas para construção de jardins de infância não permite entusiasmos, dado o seu arrastamento de anos anteriores.

3. Importa ainda dizer que, das grandes obras para Coimbra, algumas sofrem abandono inexplicável – casos do Teatro Municipal e do Mercado Municipal de S.José - , outras continuam à espera de melhores dias – Avenida Central, Metro de Superfície, Avenida da Boavista, circular externa, interface rodo-ferroviário da Estação Velha, novas piscinas municipais, novo parque de campismo, ponte pedonal.

Excepção apenas para o Mercado D.Pedro V, com dotação financeira para, finalmente, avançar. E, eventualmente, para a via estruturante Santa Clara - S.Martinho, inicialmente inscrita com 1000 contos, que, após a reunião extraordinária da Câmara, foram multiplicados para 90 000. Se mais quatro ou cinco reuniões produzirem idênticos resultados, teremos enfim essa importantíssima artéria da Margem Esquerda.

4. Há cerca de um ano, fazendo o balanço dos aspectos positivos e negativos do Plano para 1999, optei pela abstenção. Disse e escrevi, nessa ocasião, que era o voto que mais se aproximava do equilíbrio entre opções erradas e “avanço de acções e iniciativas justas e necessárias”. A experiência mostra-me que fui excessivamente benévolo: da coluna esquerda do meu balanço, onde constavam os avanços, um único empreendimento foi concluído em 1999: o novo Quartel dos Bombeiros Municipais.

Todos os restantes reaparecem no Plano para 2 000. À excepção dos misteriosos desaparecidos, creio sinceramente que temos encontro marcado para 2001.

Não dá. Por isso voto contra.”

#### II.4. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA:

##### a) Plano de Actividades e Orçamento para 2000;

Seguidamente o Sr. Presidente colocou à discussão e análise o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2000, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra , o qual importa no total de 2.749.980 contos (dois milhões setecentos e quarenta e nove mil novecentos e oitenta contos), o qual integra os seguintes documentos: - Plano Plurianual de Investimentos; - Demonstração Previsional de Resultados; - Demonstração Previsional da Origem e Aplicação de Fundos; - Demonstração Previsional da Variação de Fundos Circulantes e Orçamento Previsional de Tesouraria. Dada a sua extensão os documentos ficam apenas à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Sobre o documento em análise o **Sr. Vereador Francisco Rodeiro** reconhece o esforço que tem sido feito na melhoria dos transportes urbanos, quer em termos de serviço de passageiros, quer em termos de prolongamento das linhas aos vários pontos do município, quer ainda na modernização do controle de passageiros. Nesse sentido o Plano de Actividades mereceria o seu acordo.

Referiu também o facto de, segundo a maioria socialista, os Governos anteriores do Partido Social Democrata não encararem os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra como encararam os de Lisboa e Porto através de indemnizações compensatórias, mas hoje, chega-se à conclusão que este Governo de maioria socialista maltrata do mesmo modo a Câmara Municipal de Coimbra , não enfrentando com coragem a questão das transferências para compensar os custos sociais dos transportes.

No que respeita à utilização sistema Ecovia , regista que se prevê uma subida na ordem dos 10%, mas confrontando este processo com anos anteriores, verifica-se que, ao contrário do que seria desejável, não é um transporte apetecível por parte dos utilizadores dos parques de estacionamento. Gostaria que as campanhas de sensibilização para a utilização deste meio de transporte fossem uma constante por parte dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Quanto à questão do tarifário verifica que há propostas de aumento superiores à inflação prevista para o ano de 2000. Não considera razoável um aumento tão acentuado em cada unidade de bilhete pré-comprado e, também, alguns passes sociais gerais sofrem um aumento superior àquilo que se prevê que seja o aumento dos preços para o consumidor para o ano de 2000, Quanto aos restantes valores de tarifas, serviços de Ecovia, parques de estacionamento e outros não os considera exagerados.

O **Sr. Vereador Gouveia Monteiro** considerou que no fundamental a estratégia dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra tem tido alguma evolução, mas que os principais reparos que tem vindo a fazer ao longo dos dois anos de mandato de participação directa no executivo, não se alteraram. Registou com agrado o Sr. Vereador que no ano de 2000 se prevê fazer um Plano Municipal de Transportes com estudos sobre a mobilidade dos

cidadãos abrindo-se assim uma perspectiva de reestruturação da actual rede de transportes urbanos e da respectiva oferta o que irá permitir uma melhor gestão de algumas linhas e de alguma contradição entre a gestão e muitas reclamações das populações. É neste sentido que apresentou ao Sr. Eng. António Santo um conjunto de propostas sobre carreiras a necessitar de reformulação.

Disse ainda o Sr Vereador que registou com alguma surpresa uma grande redução na procura dos trolleys, o que lhe parece ser um pouco contraditório porquanto se prevê um aumento da procura do número global de passageiros transportados nas metas de exploração, aqui prevê-se uma baixa.

Quanto à idade média da frota, verifica com algum descontentamento o seu aumento.

Sobre o serviço Ecovia mantém-se como um serviço fechado, necessitando de ser estudado para novos percursos e novos parques.

Sobre o tarifário, não está de acordo que se estabeleça uma tarifa de 220\$00 para o bilhete pago ao motorista, que no seu entendimento é exorbitante, prejudicando a promoção turística da cidade. Não concorda também com o agravamento dos passes sociais especiais, propondo até que, atendendo à importância que o meio de transporte tem na vida dos idosos, se considerasse e estudasse quais os custos que representaria para a Câmara Municipal a redução substancial e gradual daquele passe. Também o bilhete Ecovia tem um substancial aumento. Em sua opinião deveriam ser estudadas outras formas de rentabilização, nomeadamente a questão o protocolo com a Universidade de Coimbra, e o prolongamento aos Hospitais da Universidade.

O Sr. Vereador Manuel Claro referiu-se ao aumento de passageiros (cerca de 30 mil) no meio de transporte da Ecovia que é bastante significativo, estando o acesso ao Polo I plenamente reforçado com trolleys de 7 em 7 minutos. Poderá dizer-se que ainda é insuficiente, mas existem no Plano de Actividades aquisição de 10 novos autocarros, cinco autocarros, 4 mini autocarros e um para deficientes.

Em relação ao tarifário ele é equilibrado e justo dentro dos parâmetros da inflação, realçando que a tabela de aluguer dos autocarros não sofreu qualquer aumento.

O **Sr. Vereador João Silva** sobre o documento em análise referiu que em termos empresariais os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra enfrentaram num passado recente um conjunto de grandes dificuldades, face a uma frota envelhecida e um processo complexo de reconversão profissional. Nos últimos anos tem havido um procura da recuperação da empresa e de lançamento de um conjunto de acções tendentes a viabilizar a empresa de modo a que não apresente permanentes défices e dificuldades de tesouraria. Referiu também o Sr. Vereador João Silva que os Senhores Vereadores da oposição consideram essencial a renovação da frota e outros equipamentos, mas não querem o aumento de receitas. Quanto à Ecovia, sistema acoplado de estacionamento e transporte, considera-o muito barato. Para terminar disse que o Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra que é apresentado é um bom instrumento de trabalho, que vai certamente contribuir para melhorar o sistema de transportes e as condições de funcionamento da empresa municipalizada Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

O **Sr Vereador João Pardal** sobre o tarifário disse ser descabida a forma como se procedeu aos aumentos. Quanto à Ecovia e ao previsto crescimento, só quando for apresentado o relatório de actividades poderá ser avaliado. Sobre a obtenção de financiamentos para a compra de equipamento o Sr. Vereador referiu que as Câmaras Municipais de Lisboa e Porto estão a candidatar-se a um programa para compra de autocarros movidos a gás e não percebe como Coimbra não se candidatou.

Relativamente ao que foi dito pelo Sr. Vereador João Pardal o **Sr. Presidente** informou que o que foi dito sobre a candidatura para compra de equipamento não passa de um palpite. O que está em curso é uma experimentação de um Programa de Financiamento para aquisição de viaturas novas movidas a gás, mas que está ainda em fase de apreciação. Esse programa consiste numa directiva comunitária que regula as condições de segurança desse tipo de equipamento, que não está ainda transportado para o Direito Português. Existe já uma experiência pioneira em Itália, sendo uma questão que acompanha com cuidado.

Disse ainda o Sr. Presidente que a estratégia dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra plasmada no documento é uma rentabilização mais intensiva da empresa mediante uma racionalização do sistema de carreiras. Para isso está a ser instalado o sistema de apoio à produção e a instalação do novo sistema de bilhética. Para o estímulo à rentabilização há ainda um conjunto de medidas propostas que vão desde o marketing à promoção da empresa até ao reajustamento de algumas carreiras após estarem em funcionamento o tempo necessário para recolha de dados objectivos.

Quanto à Ecovia informou que a actualização do tarifário decorre de cuidados de equilíbrio, tendo em presença não apenas a expansão mas outras condições que estão a ser equacionadas como o encontrar uma forma articulada entre as viaturas da Ecovia e as viaturas movidas a energia eléctrica. Também o sistema proposto pela Universidade está a ser analisado pelos Serviços, mas tendo sempre em atenção que a Câmara Municipal tem a missão de servir todos os municípios igualmente, pelo que o tarifário terá de ser igual para todos.

A questão da idade da frota tem vindo a ser recuperada, mas se temos viaturas em boas condições de transporte e segurança e conforto, não há necessidade de serem vendidas para compra de outras. A renovação deve ser feita de modo racional e conforme as necessidades de operacionalidade da empresa e não por qualquer instinto modernista. Posto isto colocou à votação o Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, tendo o executivo deliberado:

*Deliberação n.º 2724/99(13/12/99):*

- **Aprovar o Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para o ano de 2000, o qual importa no total de 2.749.980 contos (dois milhões setecentos e quarenta e nove mil novecentos e oitenta contos), o qual integra os seguintes documentos: - Plano Plurianual de Investimentos; - Demonstração Previsional de Resultados; - Demonstração Previsional da Origem e Aplicação de Fundos; - Demonstração Previsional da Variação de Fundos Circulantes e Orçamento Previsional de Tesouraria.**
- **Mais foi deliberado submeter o documento à consideração da Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sr.ª Vereadora Teresa Portugal e os Senhores Vereadores João Silva, Jorge Lemos, Luís Vilar e Manuel Claro. Absteram-se os Srs. Vereadores Francisco Rodeiro, José Ribeiro, João Pardal e Cassiano Afonso e o votou contra do Sr. Vereador Jorge Gouveia Monteiro.

b) Tarifário

Juntamente com o Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra foi também apresentado o Tarifário para o ano de 2000, tendo o executivo deliberado:

*Deliberação n.º 2725 /99 (13/12/99):*

- **Aprovar o tarifário proposto para o ano 2000, a vigorar a partir de 1 de Janeiro e correspondente subsídio à Exploração a atribuir pela Câmara Municipal , no valor de 350.000 contos, que é o seguinte:**

<b>PRÉ-COMPRADOS:</b>	<b>NOS POSTOS DE VENDA:</b>	<b>NAS MÁQUINAS AUTOMÁTICAS:</b>
<b>PARA 10 VIAGENS</b>		
1 Zona .....	750\$00 .....	740\$00
2 Zonas .....	1.000\$00 .....	990\$00
3 Zonas .....	1.400\$00 .....	1.380\$00
4 Zonas .....	2.010\$00 .....	1.990\$00
<b>PARA 5 VIAGENS</b>		
1 Zona .....	380\$00 .....	375\$00
2 Zonas .....	520\$00 .....	520\$00
3 Zonas .....	725\$00 .....	715\$00
4 Zonas .....	1.040\$00 .....	1.030\$00
<b>PARA 2 VIAGENS</b>		
1 Zona.....	155\$00.....	155\$00
2 Zonas .....	215\$00 .....	215\$00
3 Zonas .....	300\$00.....	295\$00
4 Zonas .....	430\$00 .....	425\$00
<b>PARA 1 DIA</b> .....	410\$00.....	385\$00
<b>PARA 3 DIAS</b> .....	1.150\$00.....	1.100\$00
<b>BILHETE VENDIDO A BORDO DA VIATURA PELO MOTORISTA .....</b>		
		220\$00
<b>PASSES SOCIAIS GERAIS (mensais e com direito a número ilimitado de viagens):</b>		
PASSES SOCIAIS para a Coroa 1(C1) .....		4.500\$00
PASSES SOCIAIS para a Coroa 2(C2) .....		4.500\$00
PASSES SOCIAIS para a Coroa 3(C3) .....		4.500\$00
PASSES SOCIAIS para as Coroas 1 e 2 (C12) .....		5.000\$00
PASSES SOCIAIS para as Coroas 2 e 3 (C23) .....		5.000\$00
PASSES SOCIAIS para as Coroas 3 e 4 (C34).....		5.000\$00
PASSES SOCIAIS para as Coroas 1 a 3 (C13) .....		5.300\$00
PASSES SOCIAIS para as Coroas 2 a 4 (C24).....		5.300\$00
PASSES SOCIAIS para as Coroas 1 a 4 (C14) .....		8.000\$00
<b>PASSES SOCIAIS ESPECIAIS</b>		
<b>Passes Sociais de Municípios com mais de 65 anos</b>		
(Mensal, com direito a nº ilimitado de viagens e em toda a rede) .....		1.500\$00

**PASSE BIMODAL (CP/SMTUC):****(Mensal)**

Coroa 1 (C1) ..... 4.500\$00

Coroa 1 a 3 (C13) ..... 5.300\$00

**Passe Combinado (Mensal)** ..... gratuito na Coroa 1 da rede dos SMTUC**SERVIÇO ECOVIA – PARQUES PERIFÉRICOS**

Bilhete Diário de Condutor (2 viagens) ..... 275\$00

Bilhete Diário de Acompanhante ( 2 viagens) ..... 170\$00

Passe Diário de Condutor (4 viagens) ..... 475\$00

O TRANSPORTE DE CRIANÇAS ATÉ 4 ANOS DE IDADE SERÁ GRATUITO.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores Teresa Portugal, Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar e Manuel Claro e abstiveram-se os Srs. Vereadores Francisco Rodeiro, José Ribeiro, João Pardal e Cassiano Afonso. Votou contra o Sr. Vereador Jorge Gouveia Monteiro.

Justificação de voto do Sr. Vereador Francisco Rodeiro:

Abstivemo-nos pelas seguintes razões:

- Aplaudimos as medidas de renovação e de modernização do sistema de modernização do sistema dos Serviços Municipalizados de transportes colectivos da Coimbra, nomeadamente no que diz respeito ao chamado Novo Sistema de Bilhética e ao Sistema de Apoio à Produção, medidas aliás já aprovadas.
- Discordamos do aumento proposto do tarifário, nomeadamente no que diz respeito aos bilhetes pré comprados e passes sociais gerais e especiais, porquanto reconhecemos que, justificando-se embora um aumento de tarifário, ele está muito para além daquele que é e seria recomendável, ou seja de acordo com o índice de preços ao consumidor”.

Justificação de voto do Sr. Vereador Gouveia Monteiro: “Voto contra o Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, pelas seguintes razões:

- Não contém, nem durante a discussão foram aduzidos, dados concretos que me permitam consolidar a previsão do aumento de procura, ou conhecer qual a extensão da reformulação de carreiras hoje desajustadas;
- Prosegue, no fundamental, uma estratégia errada, que privilegia grandes investimentos em equipamento tecnológico de última geração, mas não consegue inverter o envelhecimento da frota e a perda de passageiros para a utilização de automóvel privado;
- Assenta, não a pondo em causa, numa repartição territorial com outros operadores rodoviários privados, com prejuízo de população mal servida por estes;
- Fiz numerosas propostas de alteração desta estratégia e desta situação, que verifico não terem, tido acolhimento.
- Mantém a Ecovia como um serviço fechado, a partir de parques mal localizados”.
- O tarifário proposto mantém um exorbitante valor para o bilhete “ao motorista”, aumenta em vez de reduzir o passe social para pessoas idosas. Penaliza os utentes do passe bimodal, ao conferir-lhes apenas o direito à utilização na coroa 1.”

## **II.5. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE COIMBRA**

### a) Plano de Actividades e Orçamento para 2000.

Pelo Sr. Presidente foi posto à discussão e análise dos Senhores Vereadores o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2000 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra, o qual importa no total de 5 111 016 (cinco milhões cento e onze mil e dezasseis contos) e do qual fazem parte o Plano Plurianual de Investimentos, Demonstração Previsional de Resultados e Orçamento Financeiro e Outros Documentos Previsionais..

Os documentos em causa, dada a sua extensão, ficam apenas à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Sobre os documentos apresentados o **Sr. Vereador Francisco Rodeiro** referiu que, à semelhança de anos anteriores, manifesta o seu apoio ao Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra, registando com apreço o esforço sério no sentido de uma cobertura progressiva do município com um sistema de drenagem de resíduos domésticos, para além de uma melhoria substancial na rede de abastecimento de água, bens essenciais e necessários à qualidade de vida da população residente no concelho de Coimbra.

Disse ainda que iriam votar favoravelmente os documentos apresentados manifestando votos de congratulação a todos os funcionários daqueles Serviços, votos extensivos a todos os trabalhadores da Câmara Municipal e respectivos Serviços Municipalizados.

Sobre este assunto o Sr. Vereador Gouveia Monteiro levantou duas questões relacionadas com a dotação orçamental da Câmara Municipal de Coimbra para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra e a proposta de um conjunto de intervenções na extensão da rede de drenagem a um conjunto de povoações e um reforço da rede de

abastecimento de água, intervenções na rede hidrográfica a par com organismos governamentais que tutelam a área. Disse assim que gostaria de saber se há perspectivas optimistas para o ano 2000 de apoios financeiros no âmbito do QCA de maneira a que o saneamento seja extensivo a um número maior de municípios.

Sobre este assunto o Sr. Vereador João Pardal referiu que é justo mencionar a forma cuidada como o documento é apresentado, com destaque para os textos introdutórios que enquadram de forma precisa as intervenções para o próximo ano. Existe uma tentativa nítida de consolidação da rede de saneamento com grande investimento na margem esquerda, apesar de continuar a faltar para o fecho total do saneamento a margem direita e uma melhoria no abastecimento da água não só em termos qualitativos mas também em termos quantitativos. Disse ainda que a criação de um grande centro estratégico e uma grande reserva de água para o nosso Concelho e Concelhos vizinhos, é um projecto de grande futuro e uma visão de vanguarda dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra valorizando o nosso Concelho.

Sobre este assunto o Sr. Vereador João Silva referiu que com as dificuldades próprias, com as técnicas específicas e com os enquadramentos legais, é apresentado um documento com qualidade, com conteúdo que merece o elogio e reconhecimento pelo trabalho apresentado. No abastecimento de água as condições são de excepção, pela qualidade, pela capacidade de captação e pela perspectiva de abastecimento à cidade e a municípios vizinhos, não se podendo deixar de elogiar a visão estratégica em relação a um bem fundamental. Disse ainda que o saneamento é uma questão complexa e os dados que hoje já dispomos em Coimbra são extremamente importantes e muito significativos a nível nacional. As acções que estão previstas projectarão Coimbra dentro de algum tempo para indicadores de nível Europeu, dos mais elevados, apesar das questões de dispersão e descontinuidade geográfica e de orografia que temos no Concelho. Sublinhou ainda as implicações de natureza urbanística que criam dificuldades aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra nomeadamente em termos de saneamento, mas que têm vindo a ser correctamente equacionadas e resolvidas.

Sobre este assunto o Sr. Vereador Manuel Claro referiu que o sistema multimunicipal de abastecimento de água é extremamente importante, tendo Coimbra dos melhores parâmetros de abastecimento de água. É um esforço para os próximos anos e nomeadamente para o ano 2000 com o reforço da rede de saneamento e a construção de vários ETARS a juntar às já existentes. Disse ainda que o problema do interceptor do Polo II, deverá ser de resolução urgente já que não se sabe o que é debitado na rede de saneamento. O documento é de grande visão estratégica e merece os mais rasgados elogios.

Sobre este assunto o Sr. Presidente referiu que o documento tem características interessantes desejando referenciar que este trabalho só é possível pela capacidade e empenhamento dos dirigentes e trabalhadores para desenvolver a estratégia que foi determinada, registando com apreço que tenham conseguido o nível que têm conseguido e se propõem continuar. Este plano é possível pelas transferências financeiras da Câmara Municipal, pelos fundos próprios que consegue gerar na sua actividade normal e pelos apoios da União Europeia e dos que se esperam do Procentro, Fundo de Coesão e Programa Ambiente, como se encontra negociado. Coimbra dispõe de água de qualidade e mesmo assim está demonstrado e foi recentemente aprovado que é possível praticar preços de uma forma pioneira, com um abaixamento no preço da factura de água e saneamento. As empreitadas em curso atingem 2,5 milhões de contos e o Plano de Actividades integrado pelo Plano de Investimentos e por um conjunto de documentos financeiros reflectem pragmatismo e optimismo. Coimbra tem hoje água ao domicílio a 100% da população e dispõe já de 80% do saneamento tratado em relação ao que é produzido e obviamente que não é alheio a este objectivo que foi alcançado um investimento de 9,5 milhões de contos nos últimos 5 anos. Para este nível de qualificação ambiental não deixa de ser estranha a crítica e a dúvida sempre existente. Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra não estão só a capitalizar. Têm uma orientação estratégica e estão a conseguir participar na qualificação ambiental e para isso estão em desenvolvimento as seguintes obras:

- Sistema e remodelação da Bacia de Fala (2ª fase);
- Sistema e remodelação da rede de água em Vila Pouca do Campo e Revelles;
- Saneamento e remodelação da rede de água em Lordemão;
- Saneamento e remodelação da rede de água em Espirito Santo das Touregas e Bairro das Flores, já consignadas;
- Saneamento e remodelação da rede de água na Ladeira da Paula, Marmeleira do Botão, S.Martinho do Pinheiro, e Zouparria do Monte;
- Conclusão do saneamento na margem esquerda desde Bencanta a Taveiro;
- Renovação de equipamentos eléctricos nas estações elevatórias do esgoto no Loreto;
- ETAR de Vila Pouca do Campo, Ameal, Revelles e Torres do Mondego;
- Construção dos emissários de S.Paulo de Frades, Brasfemes, Trouxemil, Eiras e Torre de Vilela;
- Ampliação do reservatório de água do Alto dos Barreiros;
- Instalação da quantidade produtora da zona inferior Norte;
- Sistema primário de abastecimento de água à Cidade de Coimbra e Concelhos limítrofes.



Com estas acções vão-se vender 12 milhões de m<sup>3</sup> cúbicos de água tratada, tratar 7,5 milhões de m<sup>3</sup> de saneamento servindo com isso 75 mil contratos firmados e à totalidade dos conimbricenses.

Face ao exposto e após análise do processo, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2726/99 (13/12/99):*

- **Aprovar o Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra no total de 5 111 016 (cinco milhões cento e onze mil e dezasseis contos), do qual fazem parte o Plano Plurianual de Investimentos, Demonstração Previsional de Resultados e Orçamento Financeiro e Outros Documentos Previsionais.**
- **Submeter o documento à consideração da Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Justificação de voto do Sr. Vereador Gouveia Monteiro: “Voto favoravelmente, pelas razões que expus na minha intervenção, à que acrescento apenas a expectativa de que os financiamentos do Quadro Comunitário de Apoio venham a permitir colmatar o menor financiamento camarário e, sobretudo, antecipar a realização de importantíssimas obras de saneamento na vasta zona Norte do Concelho de Coimbra, onde se inserem grandes aglomerados populacionais do nosso concelho.

### III - PLANEAMENTO

#### III.1. 9.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES E 8.ª AO ORÇAMENTO PARA 1999.

Ao abrigo dos art.ºs 31.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de Julho, foi apresentada a 9.ª Alteração ao Plano de Actividades para 1999, no valor total de 18.239 contos de reforços e 14.070 contos de anulações, a qual tem por objectivo reforçar a dotação definida de vários projectos e acções do Plano de Actividades, em resultado da sua execução material e financeira.

Ao abrigo do mesmo diploma legal foi também apresentada a 8.ª Alteração ao Orçamento para 1999, no valor de 54.889 contos, cujos reforços são de 40.000 contos e as anulações de 52.169 contos em Despesas Correntes e em Despesas de Capital com os reforços de 14.889 contos e anulações de 2720 contos.

Posto isto e com base na informação n.º 264, de 09/12/99, da Divisão de Planeamento da Actividade Municipal, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2726 /99 (13/12/99):*

- **Aprovar a 9.ª Alteração ao Plano de Actividades e a 8.ª Alteração ao Orçamento para 1999, as quais dada a sua extensão, ficam apensas à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

#### III.2. PARQUE VERDE DO MONDEGO – 1.ª FASE – ESTUDO PRÉVIO DA MARGEM DIREITA.

Para este assunto a Assessoria de Planeamento e Ordenamento do Território elaborou a seguinte informação em 10/12/99:

“1.Introdução

Em 99.12.09, o projectista do “Parque Verde do Mondego - 1ª fase” entregou o Estudo Prévio para a Margem Direita, correspondente à área imediatamente a sul do Parque Dr. Manuel Braga.

2. Apreciação

Relativamente aos elementos agora apresentados cumpre-nos tecer as seguintes considerações:

a) Em termos globais a solução em análise decorre da proposta inicial, vencedora do concurso público, merecendo, portanto, a nossa aprovação. O facto de ter sido derrubado, entretanto, o lanjar existente, não altera a filosofia da proposta inicial que para todos os efeitos se mantém válida.

b) Sendo proposto refazer o muro de pedra no canto sul do Parque Manuel Braga, transformando-o em escadaria/anfiteatro, de transição entre a cota do jardim existente e a da esplanada a construir, não se entende qual o



limite desta intervenção. As peças desenhadas sugerem que esta escadaria se prolongue para norte podendo pensar-se que o limite seria a Ponte de Santa Clara. Não parecendo razoável/realista esta opção projectual, carece a mesma de ser devidamente esclarecida.

c) Sugere-se o repensar da largura da denominada “alameda central” (10 m) que, a priori, parece exagerada e em detrimento da faixa de zona verde.

d) Como elemento novo, relativamente à ideia inicial, surgem os denominados “tanques”, de forma rectangular, espalhados pelo relvado (ex-laranjal). Considera-se que a introdução destes elementos é discutível por diversas razões:

- como elemento funcional é em número muito exagerado;
- “espartilham” demasiado um espaço que poderá ser usufruído como amplo e informal;
- é redundante quanto ao elemento “água” quando a nascente está previsto um canal e a ponte situa-se o grande plano de água do Rio;
- constituem elementos de difícil manutenção: locais de reposição de folhas secas, aparas de relva, lixo, etc.

e) Sendo perceptível a função dos “pesqueiros” de madeira, é questionável se estes elementos não deveriam prolongar-se até ao plano de água.

f) Por razões de operacionalidade e tendo em conta a possibilidade de empreitadas distintas, deverá ser solicitada a apresentação, em fase de projecto, de dois processos autónomos: um relativo aos edifício das estufas e outro relativo à restante área do parque.

g) Análise dos custos estimados:

Custo total proposto: 942.752 cc; área total a tratar: 81.800 m<sup>2</sup>; custo unitário: 11,5 cc/m<sup>2</sup>.

Retirando do custo total o valor atribuído às estufas e tanques do jardim, o preço unitário passará a ser de 667.862 cc / 81.800 m<sup>2</sup> = 8,2 cc/m<sup>2</sup>. Este valor parece ser razoável tendo em conta os volumes de aterro e rede de drenagem necessários.

(Nota: é presumido que os custos apresentados incluem a rede de iluminação pública e mobiliário urbano, assim como as restantes infraestruturas: abastecimento de água, saneamento, energia eléctrica, telefones e gás natural).

h) Deverá ser salientado que, de acordo com o contrato celebrado com o projectista em 96.09.24, após a aprovação desta fase pela CMC, a apresentação do respectivo projecto de execução deverá acontecer no prazo de 120 dias (a contar da data desta aprovação).

### 3. CONCLUSÃO

Tratando-se de um estudo prévio que, na generalidade, está de acordo com a ideia vencedora do concurso público, propõe-se a sua aprovação pela CMC, nas condições constantes do ponto 2 da presente informação.”

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro referiu não estar integralmente de acordo com o parecer porque da análise feita à escadaria do Parque Dr.Manuel Braga que refere não parece razoável e realista esta opção mas carece de ser devidamente esclarecida. Disse não existir confusão possível e não perceber porque não se propõe o prolongamento dessa escadaria até à Ponte de Santa Clara além de ser possível outro tipo de intervenções que de alguma forma liguem o Parque Dr.Manuel Braga ao rio. Relativamente à parte edificada sugere que o edifício das estufas não deva ser separado do edifício do equipamento e da área comercial.

Sobre este assunto o Sr. Presidente referiu que o projecto de execução tem de desenvolver com suficiente precisão a ligação da escadaria. Relativamente ao edifício das estufas há que definir se se quer um só processo que inclui a construção do edifício ou se se o deseja autonomamente.

O Sr. Vereador João Silva referiu que se deve estudar e ver com segurança a ligação ao Parque Dr. Manuel Braga. Disse ainda que o que foi apresentado publicamente e definido é um projecto de prolongamento e de ligação articulada ao Parque Dr.Manuel Braga tal como ele existe e não, intervir no sentido da sua descaracterização.

O Sr. Vereador Francisco Rodeiro referiu que a cidade de Coimbra tem um privilégio que é a ligação cidade-rio. Este parque deverá ter uma ligação estreita com o rio .

O Sr. Vereador Luis Vilar começou por apresentar congratulações por esta 2ª fase do Parque Verde do Mondego, que vai aproximar a cidade ao rio. A requalificação deste espaço será uma realidade ao serem introduzidos aspectos de convívio, lazer, desporto, recreio, restauração e o elemento água. Disse ainda que será um espaço ao serviço dos municípios e que irá conseguir a ligação deste espaço à baixa da cidade.

Face ao exposto e após análise do processo, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º2728 /99 (13/12/99):*

- **Aprovar o estudo prévio da Margem Direita do Parque Verde do Mondego, nos termos propostos na informação da Assessoria de Planeamento e Ordenamento do Território, acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

#### IV - ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

##### IV.1. JOSÉ LUIS HOMEM – LOTEAMENTO NA RUA VERDE PINHO – REGT.º 31 930/99.

Para o processo acima referenciado e com base na informação n.º 1852, de 10/11/99, o Director do Departamento de Administração Urbanística emitiu o seguinte parecer:

“Proponho que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar o pedido de averbamento do processo para o nome de José Luís Homem (conforme requerimentos reg.ºs n.ºs 6527/99 e 6528/99).
2. Aprovar o pedido de licenciamento das obras de urbanização, a planta da parcela e o valor da avaliação da parcela de terreno a ceder para domínio privado do Município, nos termos e condições expressas e referenciadas nas informações 1852/99 e 1852-A/99 da DGU/C, (excluindo-se a condição indicada na alínea e) do pto. 4 do cap.II desta última informação técnica.”

Face ao exposto e após análise do processo, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2729/99 (13/12/99):*

- **Aprovar o pedido de averbamento do processo para o nome de José Luís Homem e o pedido de licenciamento das obras de urbanização, a planta da parcela e o valor da avaliação da parcela de terreno a ceder para domínio privado do Município, nos termos do parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística, acima transcrito.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

##### IV.2. REISHABITAR – CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE EDIFÍCIOS, LD.º – LOTEAMENTO EM SOBRAL DE CEIRA – RE4GT.º 33936/99.

Relativamente ao assunto em epígrafe e com base na informação n.º 3194, de 23/10/99, da Divisão de Gestão Urbanística Sul, o Director do Departamento de Administração Urbanística emitiu em 09/12/99, o seguinte parecer:

“Atendendo ao facto de ter sido apresentada escritura notarial, em 06/03/99, no contexto do pedido de averbamento, entendo aceitável a sequência formal do processo no âmbito da presente informação técnica. Deste modo, cumpre-me propôr que a Câmara Municipal delibere aprovar o pedido de licenciamento da operação de loteamento, nos termos e condições expressas e referenciadas na presente informação n.º 3194/99.”

Face ao exposto e após análise do processo, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2730/99 (13/12/99):*

- **Aprovar o pedido de licenciamento da operação de loteamento em Sobral de Ceira, nos termos do parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística, acima transcrito.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

##### IV.3. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS A.D. OLIVEIRA, LD.º – LOTEAMENTO NA QUINTA DA FONTE – ALTO DE S.JOÃO- REGT.º 43 465/99.

Para o processo acima mencionado e nos termos da informação n.º 2924, de 20/10/99, da Divisão de Gestão Urbanística Centro, o Director do Departamento de Administração Urbanística emitiu o seguinte parecer em 09/12/99:

“Em aditamento (e sequência) à deliberação municipal de 26/03/97, proponho que a Câmara Municipal delibere manter a aprovação do pedido de licenciamento das obras de urbanização (inclui planta cadastral), nos termos e condições expressas e referenciadas na presente informação n.º 2924/99.”

Face ao exposto e após análise do processo, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2731/99 (13/12/99):*

- **Manter a aprovação do pedido de licenciamento das obras de urbanização, nos termos constantes do parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística, acima transcrito.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

#### **IV.4. EDUARDO ALBERTO GASPAR MENDES E OUTROS – LOTEAMENTO EN ENCOSTA DOS MALHEIROS – REGT.º.19 262/99.**

Refere-se este processo a aditamento ao pedido de licenciamento para operação de loteamento de um terreno localizado em Casal dos Malheiros. Assim, e nos termos da informação n.º 2920, de 14/10/99, da Divisão de Gestão Urbanística Norte, o Director do Departamento de Administração Urbanística emitiu em 09/12/99, o seguinte parecer:

“Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a perspectiva de trabalho exposta na informação n.º 443/99 da Assessoria de Planeamento e Ordenamento do Território, retomada na presente informação n.º 2920/99 da DGU/N, a qual considero correcta e adequada do ponto de vista da gestão urbanística. Em sequência, (e atendendo a que é necessário proceder a ajustamentos pontuais na planta de síntese de loteamento), entendo dever propor que a Câmara Municipal delibere notificar os requerentes acerca do teor da presente informação n.º 2920/99, ficando apenas prejudicada a formalização do respectivo pto. VI.1.”

Face ao exposto e após análise do processo, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2732/99 (13/12/99):*

- **Notificar os requerentes nos termos constantes do parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística, acima transcrito.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

#### **IV.5. JOAQUIM MESSIAS RODRIGUES SIMÕES O OUTRO - LOTEAMENTO EM ST.ª. LUZIA – CASTELO VIEGAS – REGT.º.37 179/98.**

Sobre o assunto acima mencionado e com base na informação n.º 2536, de 01/10/99, da Divisão de Gestão Urbanística Sul, o Director do Departamento de Administração Urbanística emitiu em 09/12/99, o parecer que a seguir se transcreve:

“Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar o pedido de licença da operação de loteamento urbano, nos termos e condições expressas e referenciadas na presente informação n.º 2536/99”.

Face ao exposto e após análise do processo, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2733/99 (13/12/99):*

- **Aprovar o pedido de licença da operação de loteamento urbano em St.ª Luzia, Castelo Viegas, nos termos constantes do parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística, acima transcrito.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

#### **IV.6. ROSA ISABEL BRITO DE OLIVEIRA GARCIA – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – QUINTA D. JOÃO – REGT.º.684/9.**

Para este assunto a Divisão de Gestão Urbanística Centro elaborou a informação n.º 1531, de 07/11/99, cujo teor a seguir se transcreve:

“I. Análise

1. Trata-se de uma proposta de construção, para um terreno que é parte integrante de um conjunto de propriedades, para as quais foi elaborado um estudo pela APOT, conforme esquema anexo. Consta a mesma da construção de duas moradias unifamiliares, em alternativa a Poente e Nascente, respectivamente, a um edifício de três pisos e a um parque de estacionamento (24 lugares).

2. O referido estudo, a implementar simultaneamente, pressupõe a associação de todos os proprietários, o que se torna bastante complexo, conforme informação da requerente. Esta proposta, embora isolada, enquadra-se no espírito do

previsto para o local, permitindo ir recuperando e disciplinando esta zona, dando continuidade às iniciativas já concretizadas a Norte pela firma Civilobra.

3. Assim, em termos urbanísticos, considera-se a solicitação viável, diminuindo inclusivamente a densidade calculada para o local. Quanto ao parque de estacionamento, admite-se a sua transferência para Poente junto à zona de equipamento, servindo de apoio a esta actividade.

4. Foi emitido parecer favorável pela APOT.

II – Proposta

1. Face ao exposto, considera-se ser de aceitar o loteamento do terreno nos termos propostos (construção de duas moradias unifamiliares), com a seguinte condição:

2. Ser pavimentada a vereda existente na sua totalidade, com cubos de calcário, que servirá de acesso a uma das moradias.

3. Alerta-se que em fase de projecto de arquitectura, poderá haver necessidade de se efectuarem alguns ajustamentos à proposta apresentada. Deverá ser cumprida toda a legislação e regulamentação em vigor.”

Face ao exposto e nos termos do parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística emitido em 09/12/99, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2734/99 (13/12/99):*

- **Aprovar o pedido de informação prévia de loteamento, nos termos da informação n.º 1531/99 (e respectiva remissão para a informação n.º 406/99 da APOT).**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores Teresa Portugal, Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar, Manuel Claro, Francisco Rodeiro, José António Ribeiro, João Pardal e Cassiano Afonso e absteve-se o Sr. Vereador Jorge Gouveia Monteiro.

#### **IV.7. TELHEIRAS VELHO – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES. LDª. E OUTRO – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº.372/95 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS TRAHOS EM FALTA – REGTª.40 827/99.**

Refere-se o presente processo a um pedido de concessão de novo prazo, para correcção dos trabalhos de obras de urbanização, com vista à recepção definitiva das infra-estruturas viárias e de arranjos exteriores e a um pedido de substituição de luminárias previstas nas pracetas dos lotes. Posto isto e com base na informação n.º 1918, de 11/11/99, da Divisão de Gestão Urbanística Centro, o Director do Departamento de Administração Urbanística emitiu em 09/12/99, o seguinte parecer técnico:

“Proponho que a Câmara Municipal delibere nos termos dos capítulos II das partes A e B da presente informação n.º 1918/99.”

Face ao exposto e após análise do processo, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2735/99 (13/12/99):*

- **Conceder novo prazo de 90 dias, para correcção dos trabalhos de infraestruturas, incluindo-se o arranjo dos espaços verdes da zona da vala, com vista à recepção definitiva das obras, ao abrigo do disposto no art.º 46, ponto 1 do RLOP;**
- **Notificar a entidade requerente que a Câmara Municipal aceitará a substituição de luminárias na zona das pracetas da urbanização e consultar a GENEL com vista a se pronunciar acerca do novo tipo de luminárias previstas para as pracetas, nos termos constantes do parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística, acima transcrito.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Considerando que por lapso dos serviços, este processo não foi agendado, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apreciar e votar, fora da ordem do dia (art.º 19.º Do Código de Procedimento Administrativo e n.º 5 do seu Regimento), o processo que a seguir se apresenta:

#### **IV.8. ARISTA – URBANIZAÇÃO DO CASAL DA EIRA, LDA. E OUTROS – PROJECTO DO ARRANJO URBANÍSTICO DO CENTRO COMERCIAL GIRASSOLUM – REDUÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 400.**

Relativamente ao assunto em epígrafe e com base na informação n.º 1892, de 10/11/99, da Divisão de Gestão Urbanística Centro, o Director do Departamento de Administração Urbanística emitiu em 09/12/99, o parecer que a seguir se transcreve:

“O projecto do arranjo urbanístico é a pormenorização da proposta geral apreciada (e a aprovada ) pela Câmara Municipal em 27/07/99.

Deste modo, cumpre-me propor que a Câmara Municipal delibere nos termos das propostas sintetizadas nos pontos 1, 2 e 3, do parecer subscrito pela chefe da Divisão, Eng.ª Maria José Pimentel, em 18/11, (e respectiva remissão para a presente informação n.º 1892/99), mas formulando a proposta alternativa de que o prazo para conclusão das obras de urbanização seja de 9 (nove) meses, ou seja até 16/03/2000.”

O parecer subscrito pela Chefe da Divisão, Eng.ª Maria José Pimentel, tem o seguinte teor:

“Propõe-se:

1. O deferimento do projecto referido em A, com as condições expressas em A-II- 2, 2, 3 e 4.
2. Aceitar a redução do valor da caução, de 333.003.689\$00 para 282.462.677\$00, considerando o que é referido em B-I- 1.1 a 1.3, notificando o requerente conforme proposto em B-II-2.
3. Emitir nova licença para as obras de urbanização, nos termos do ponto B-II-1.”

Face ao exposto e após análise do processo, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º2736 /99 (13/12/99):*

- **Aprovar as propostas constantes no parecer do Director do Departamento de Administração Urbanística, acima transcrito.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores Teresa Portugal, Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar, Manuel Claro, Francisco Rodeiro, José António Ribeiro, João Pardal e Cassiano Afonso e absteve-se o Sr. Vereador Jorge Gouveia Monteiro.

## V - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### **V.1. COMPARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO RECRIA – PRÉDIOS SITUADOS NA RUA CORONEL JÚLIO VEIGA SIMÃO PROPRIEDADE DE AFONSO DIAS MOREIRA PADRÃO.**

- a) artigo matricial 538;

Para o assunto acima referenciado e nos termos da informação n.º 810, de 29/11/99, da Divisão de Habitação Social, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º2737 /99 (13/12/99):*

- **Autorizar a comparticipação de 1.375.094\$00 (um milhão trezentos e setenta e cinco mil e noventa e quatro escudos), a Afonso Dias Moreira Padrão, no âmbito do programa RECRIA, para obras a levar a efeito na Rua Coronel Júlio Veiga Simão (Alto da Estação Velha), cujo prédio constitui o artigo matricial n.º 538 da Freguesia de Eiras em Coimbra;**
- **Enviar o processo ao IGAPHE, tendo em vista a comparticipação a atribuir por este organismo;**
- **Deverá ficar sob responsabilidade do requerente a posterior colocação, em obra, da placa-tipo de comparticipação entre a Câmara Municipal de Coimbra e o IGAPHE.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

- b) artigo matricial 338;

Relativamente ao assunto acima epígrafado e com base da informação n.º 812, de 30/11/99, da Divisão de Habitação Social, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º2738/99 (13/12/99):*

- **Autorizar a comparticipação de 2.683.399.\$00 (dois milhões seiscentos e oitenta e três mil trezentos e noventa e nove escudos), a Afonso Dias Moreira Padrão, no âmbito do programa RECRIA, para obras a levar a efeito na Rua Coronel Júlio Veiga Simão (Alto da Estação Velha), cujo prédio constitui o artigo matricial n.º 338 da Freguesia de Eiras em Coimbra;**
- **Enviar o processo ao IGAPHE, tendo em vista a comparticipação a atribuir por este organismo;**

- Deverá ficar sob responsabilidade do requerente a posterior colocação, em obra, da placa-tipo de comparticipação entre a Câmara Municipal de Coimbra e o IGAPHE; a salvaguarda da normal circulação de pessoas e bens e a requisição do licenciamento municipal relativamente à ocupação da via pública com andaimes.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

c) artigo matricial 540.

Relativamente a este assunto e com base na informação n.º 811, de 30/11/99, da Divisão de Habitação Social, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2739/99 (13/12/99):*

- Autorizar a comparticipação de 869.630\$00 (oitocentos e sessenta e nove mil seiscentos e trinta escudos), a Afonso Dias Moreira Padrão, no âmbito do programa RECRIA, para obras a levar a efeito na Rua Coronel Júlio Veiga Simão (Alto da Estação Velha), cujo prédio constitui o artigo matricial n.º 540 da Freguesia de Eiras em Coimbra;
- Enviar o processo ao IGAPHE, tendo em vista a comparticipação a atribuir por este organismo;
- Deverá ficar sob responsabilidade do requerente a posterior colocação, em obra, da placa-tipo de comparticipação entre a Câmara Municipal de Coimbra e o IGAPHE.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

## VI - AMBIENTE, SALUBRIDADE E ABASTECIMENTO

### **VI.1. MINISTÉRIO DO AMBIENTE – PROGRAMA AMBIENTE – FUNDO DE COESÃO – SISTEMA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO BAIXO MONDEGO.**

Pelo Ministério Ambiente – Programa Ambiente - foi enviada a alteração da decisão n.º C (94)3865 de 21 de Dezembro, da Comissão de Tratamento dos Resíduos Sólidos do Baixo Mondego, cujo teor é o seguinte:

“Artigo 1.º

- ao artigo 1.º é aditado o ponto 2 com a seguinte redacção: “Este projecto faz parte do grupo de projectos de Resíduos Sólidos de Portugal”;
- ao ponto 5 (Descrição) do Anexo 1 junta-se um quarto travessão com a seguinte redacção: “construção de um interceptor de águas residuais com 6.700 m de comprimento”;
- ao Anexo III junta-se o Anexo III-A que figura como Anexo I à presente decisão;
- o Anexo V é substituído pelo que figura como Anexo II à presente decisão;
- toda a referência ao ECU é substituída por uma referência ao EURO.

Artigo 2.º

As despesas referentes aos trabalhos descritos no quarto travessão do ponto 5 do Anexo I, realizadas antes de 4 de Setembro de 1997, não são consideradas elegíveis para a contribuição do Fundo de Coesão.

Artigo 3.º

A República Portuguesa é o destinatário da presente decisão”.

Face ao exposto o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2740/99 (13/12/99):*

- Tomar conhecimento, com envio aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra e cópia à Divisão de Planeamento da Actividade Municipal e Departamento de Ambiente Salubridade e Abastecimento.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

## VII - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA

### **VII.1. DÉFICE DE TESOURARIA PREVISTO PARA O MÊS DE DEZEMBRO DE 1999.**

Os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra solicitam à Câmara Municipal de Coimbra um subsídio à exploração para fazer face a um défice de tesouraria para o mês de Dezembro de 34.675.412\$00.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2741/99 (13/12/99):*

- Transferir para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, a título de subsídio à exploração, o valor de 34.600.000\$00 (trinta e quatro milhões e seiscentos mil escudos).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

## VIII. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE COIMBRA

### VIII.1. 5ª.ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS PARA 1999; 4ª. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO FINANCEIRO 1999; 6ª. ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE TESOURARIA 1999.

Relativamente ao assunto acima identificado, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2742/99 (13/12/99):*

- Homologar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra de 07/12/99, que aprovou a 5.ª Alteração ao Plano de Investimentos, a 4.ª Alteração ao Orçamento Financeiro e a 6.ª Alteração ao Orçamento de Tesouraria para 1999.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### VIII.2.CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DA ETAR DE TORRES DO MONDEGO – ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA.

Para o assunto acima mencionado, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 2743/99 (13/12/99):*

- Homologar a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra de 07/12/99, que adjudicou definitivamente a obra “Concepção, Construção e Exploração da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Torres do Mondego” a “Coutinho & Coutinho” pelo valor global de 206.092.955\$00 (duzentos e seis milhões noventa e dois mil novecentos e cinquenta e cinco escudos) mais IVA, dos quais 192.944.426\$00 (cento e noventa e dois milhões novecentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e vinte e seis escudos) mais IVA para a concepção e construção da obra e 13.148.529\$00 (treze milhões cento e quarenta e oito mil quinhentos e vinte e nove escudos) mais IVA para manutenção e exploração pelo prazo de dois anos.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Presidente deu conhecimento que a próxima reunião da Câmara Municipal será realizada no dia 27 de Dezembro com início às 15 horas, atendendo à época de Natal que se aproxima.

E sendo vinte e uma horas e trinta minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Câmara Municipal para posterior aprovação e assinatura.